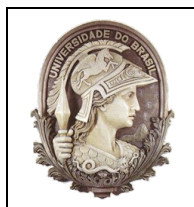


**Universidade Federal do Rio de Janeiro
Centro de Filosofia e Ciências Humanas
Escola de Serviço Social**



**SEGREGAÇÃO SÓCIO-ESPACIAL E VIOLÊNCIA URBANA:
Possibilidades de Análise**

Autora: Renata Tavares Pinto

**Rio de Janeiro
Agosto de 2007**

Renata Tavares Pinto

**SEGREGAÇÃO SÓCIO-ESPACIAL E VIOLÊNCIA URBANA:
Possibilidades de Análise**

**Trabalho de conclusão de curso de Graduação, da
Escola de Serviço Social da Universidade Federal
do Rio de Janeiro.**

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Rosemere Santos Maia

Rio de Janeiro

2007.1

Dedico este trabalho a minha
querida mãe.

AGRADECIMENTOS

Ao concluir o curso de Serviço Social, utilizo este espaço para agradecer as pessoas que de alguma forma contribuíram para esta caminhada.

A minha mãe Graça, companheira de vida. Obrigada pela sua incessante dedicação, pelo amor e confiança.

Agradeço aos meus familiares por todo incentivo e pela confiança que depositam em mim.

Ao meu namorado Felipe pela paciência, confiança e estímulo diário.

Ao meu irmão, que mesmo longe, me traz muita alegria.

As minhas amigas que estiveram presentes nessa caminhada, no qual compartilhamos todas as felicidades e angústias durante os anos de faculdade.

As amigas de longa data que torceram por mim, desde o ingresso na faculdade até o seu término.

A Profª Drª Rosemere Maia pelos ensinamentos durante o período em que fui bolsista de sua pesquisa e pela dedicação, paciência e estímulo durante a elaboração deste trabalho de conclusão de curso.

A minha supervisora Margarida pela compreensão e amizade dedicada durante todo o período de estágio.

Enfim, muito obrigada a todos que contribuíram para que este momento acontecesse.

“... olha aí, é o meu guri e ele chega
chega no morro com o carregamento
pulseira, cimento, relógio, pneu,
gravador
rezo até ele chegar cá no alto
essa onda de assaltos tá um horror
eu consolo ele, ele me consola
boto ele no colo pra ele me ninar
de repente acordo, olho pro lado
e o danado já foi trabalhar, olha aí
olha aí, ai o meu guri, olha aí
olha aí, é o meu guri e ele chega
chega estampado, manchete, retrato
com venda nos olhos, legenda e as
iniciais
eu não entendo essa gente, seu moço
fazendo alvoroço demais
o guri no mato, acho que tá rindo
acho que tá lindo, de papo pro ar
desde o começo, eu não disse, seu
moço?
Ele disse que chegava lá
Olha aí, olha aí
Olha aí, ai o meu guri, olha aí
Olha aí, é o meu guri.

O Meu Guri
(Chico Buarque)

RESUMO

Este trabalho de conclusão de curso visa apresentar uma análise sobre a segregação sócio-espacial e a violência na cidade do Rio de Janeiro. O processo de segregação sócio-espacial na cidade do Rio de Janeiro data de longe. Ao longo dos anos percebe-se seu acirramento e o aumento da discriminação com os segmentos pobres da sociedade. A escassez de serviços públicos destinados a essas áreas e a arbitrariedade a que são expostos, tanto pelo poder do tráfico quanto pelos agentes da segurança pública, demonstram o grau de violência à que a população do Rio de Janeiro está exposta.

A violência urbana ganhou grande visibilidade na sociedade e tem influenciado as formas de sociabilidade dos cariocas. A insegurança torna-se um sentimento contínuo no dia-a-dia da população, acrescido pelas imagens de violência transmitidas pela mídia, o que cria visões divergentes e fragmentadas da realidade desta questão.

Através da análise de relatos de alguns alunos da Escola de Serviço Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro, pretende-se mostrar como estes interpretam tais fenômenos, considerando a negligência da proposta curricular em relação a estas temáticas. É importante mencionar que os Assistentes Sociais têm em suas demandas grande número de usuários que são vulneráveis à violência e vivem em espaços segregados socialmente.

Palavras-chaves: Violência urbana; Segregação sócioespacial; juventude.

SUMÁRIO

Introdução.....	09
 Capítulo I: Segregação Sócio-Espacial na cidade do Rio de Janeiro.....	13
1.1- O início da vida urbana no Rio de Janeiro.....	13
1.2- O agravamento das condições de vida na cidade do Rio de Janeiro a partir da década de 70.....	19
1.3- Auto-segregação: o condomínio fechado como maior expressão dessa categoria.....	21
1.4- Globalização e sua influência nas formas de segregação sócio-espacial.....	24
 Capítulo II: Violência Urbana e Seus Impactos na Cidade do Rio de Janeiro....	28
2.1- A favela enquanto palco da discriminação e da violência.....	33
2.2- A mídia e sua abordagem em relação à violência.....	38
2.3- O medo como influência no modo de vida da população carioca.....	41
 Capítulo III: A Violência e a Segregação Sócio-espacial Sob a Ótica do Serviço Social.....	46
3.1- A percepção dos alunos da Escola de Serviço Social da UFRJ em relação à temática.....	51
3. 2- A visão acerca da violência e da segregação sócio-espacial.....	54
3. 3- Os atores.....	56
3.3.1- O poder público.....	56
3.3.2- A população.....	59
3.3.3- Os traficantes.....	61
3.3.4- A mídia.....	63
3.4- O cenário.....	65
3.5- As possibilidades.....	69
 Considerações Finais.....	73

Referências Bibliográficas.....	75
--	-----------

Anexos.....	81
--------------------	-----------

INTRODUÇÃO

O presente trabalho monográfico intitulado: “Segregação Sócio-espacial e Violência Urbana: Possibilidades de Análise” é um estudo sobre a violência urbana e a segregação sócio-espacial na cidade do Rio de Janeiro e foi elaborado como exigência parcial para obtenção de diploma no curso de Serviço Social.

A violência urbana, no contexto das metrópoles brasileiras, ganhou uma dimensão assustadora. Sua difusão alterou o cotidiano da população em geral. A cidade do Rio de Janeiro chama a atenção em relação à questão, uma vez que casos de violência são denunciados e transmitidos pela mídia, gerando um sentido coletivo de insegurança.

A segregação sócio-espacial expressa a desigualdade social que é latente na sociedade, grande parcela da população habita áreas com precária infra-estrutura urbana de equipamentos e serviços. Enquanto, outra parcela, busca cada vez mais os “enclaves fortificados” (CALDEIRA, 2000), locais estes com alta infra-estrutura, principalmente, às de segurança, procurando manter-se longe de ações de violência.

A motivação para a escolha do tema para o trabalho de conclusão de curso foi despertada ao longo da minha experiência como bolsista da pesquisa de iniciação científica, sob a coordenação da Prof^a Rosemere Maia, intitulada “Reencontrando a cidade: olhares do carioca sobre o Rio de Janeiro”. Fiz parte da pesquisa por dois anos e durante esse período entrevistamos moradores de diferentes áreas da cidade, nos seguintes bairros: Copacabana; Morro da Conceição (Centro da cidade); Campo Grande e Santa Cruz.

Nas entrevistas, abordávamos diversos assuntos referentes à cidade, dentre às quais algumas eram relacionadas à violência e a questões referentes ao uso dos espaços da cidade, principalmente os públicos. No qual, as mudanças de hábito diante do medo foram evidenciadas através do individualismo, a busca por espaços privados e a evitação foram relatadas como estratégias traçadas pela população. Os espaços públicos eram associados à violência. Os moradores da Zona Sul desconsideravam a existência da Zona Oeste, como se a cidade fosse limitada à sua área. A Zona Oeste é sempre considerada como o fim da cidade.

Dessa forma, comecei a analisar tais questões nos trabalhos apresentados em encontros de Serviço Social e na Jornada de Iniciação Científica da UFRJ. Foram apresentados os trabalhos que abordavam os seguintes temas: a

revitalização do Centro do Rio de Janeiro; a mídia e a construção da imagem do Rio de Janeiro, ambos em 2005 e a violência urbana e os olhares e vivências dos moradores da cidade do Rio de Janeiro, em 2006.

A violência tornou-se um assunto muito recorrente entre os cariocas, sendo sempre citada pelos moradores; pela mídia e pelo poder público. Muitos são os discursos e justificativas apresentados quando se busca analisar/compreender o crescimento da violência em nossa cidade, mas poucas (ou melhor, ineficientes) têm sido as ações desencadeadas pelo poder público, principalmente, para um efetivo enfrentamento desta problemática. Em geral, possuem caráter repressivo e reforçam estereótipos e explicações simplistas sobre a violência.

O crescimento da violência na cidade, associado à sua espetacularização nos leva ao temor de que essas ações possam acontecer com qualquer um, generaliza-se o que se convencionou chamar de cultura do medo, tendo a mídia importante papel neste processo.

Com a violência, as pessoas se socializam de forma diferente, demarcam as fronteiras por onde passam, modificam seus modos de vida. Segundo RONDELLI (2000, p. 147), “a violência aparece não só como mero fenômeno de agressão física, mas também como linguagem, como ato de comunicação”.

Por ser uma temática, talvez não muito discutida entre os assistentes sociais, este tema me despertou o interesse ao poder ser utilizado tanto na minha formação acadêmica, quanto na prática profissional do Assistente Social com seus usuários. A violência é um tema muito recorrente no cotidiano dos segmentos populares - principais alvos de nossas intervenções, apresentando-se, contemporaneamente, como uma das mais graves expressões da “questão social”, ainda que não passível de ser vista somente como fruto de desigualdades sócio-econômicas. Ela está ligada à cultura; à política; a preceitos éticos; tem uma série de elementos que a influenciam, não é só uma questão econômica.

A segregação sócio-espacial presente na cidade do Rio de Janeiro é um fenômeno que tem marcado os vários momentos do processo de urbanização da cidade. Estava presente em finais de século XIX, justificada pela necessária modernização da cidade e ancorada em preceitos higienistas. Ganhou visibilidade através do crescimento das favelas e em todas as iniciativas que visavam sua erradicação (através de políticas de remoção da população favelada para conjuntos habitacionais construídos em áreas periféricas), aprofundou-se, ao longo dos anos,

a partir de iniciativas da classe média no sentido de enclausurar-se em condomínios, consolidando na cidade os espaços de auto-segregação.

O aumento das favelas é a expressão da precariedade das condições de vida. Já que nesses espaços, o custo de vida é mais baixo, porém, os serviços precários e as constantes ações de violência nestes locais, prejudicam o modo de vida dos moradores. Somado aos preconceitos e estigmas que essas pessoas sofrem. Constantemente são considerados bandidos ou como coniventes a eles. A clássica associação entre pobreza, local de moradia e marginalidade.

O crescimento do número de condomínios fechados também é uma expressão do processo de segregação sócio-espacial. Além da dimensão espacial, a prática de auto-segregação, contribui para o acirramento das desigualdades intra-urbanas, ajudando a reforçar estereótipos e contribuindo para a perda do sentido de rua como locus de sociabilidade, de prática política e produzindo uma tentativa de alheamento da população auto-segregada em relação à dinâmica da cidade, aos seus problemas. Neste sentido, a população reveste-se de equipamentos de seguranças de forma a proteger-se destas ações. Os demais segmentos da população também procuram estratégias de defesa, uma vez que eles também são vítimas de violência e sentem-se inseguro. Porém, nem sempre essas estratégias são eficientes. Muitas vezes fecham as ruas com cancelas/portões e contratam seguranças privados sem nenhum preparo.

O estado, um dos principais agentes de produção do espaço, sempre contribuiu para o acirramento dos processos de segregação sócio-espacial, destinando, prioritariamente, investimentos públicos para as áreas abastadas da cidade, através de investimentos financeiros que a valorizem, o que restringe as mudanças estruturais nas demais áreas da cidade.

Essas e outras questões, aqui brevemente indicadas, serão por mim melhor analisadas ao longo do presente trabalho:

No primeiro capítulo, abordo a segregação sócio-espacial na cidade do Rio de Janeiro. É feito um resgate do início do processo de urbanização da cidade, considerando esse processo como influência para a atual configuração da distribuição dos serviços e da habitação nos bairros da cidade. Analiso como a auto-segregação contribui para a perda de sociabilidade entre os cidadãos. Finalizo este capítulo abordando a globalização como influência na definição do espaço urbano.

No segundo capítulo, falo da violência urbana e seus impactos na cidade. Dou ênfase à favela, uma vez que esses espaços ganharam destaque na discussão da violência devido ao crescimento do narcotráfico e as constantes disputas pelos pontos de vendas e as incursões da polícia, sempre marcadas por confrontos armados com os traficantes. A mídia também é abordada, já que desperta a atenção pela forma como apresenta o fenômeno, muitas vezes com o tom sensacionalista, usando as imagens para chocar ao invés de esclarecer tais ações. Dessa forma, falo de como a violência gera um medo constante entre a população, modificando seu cotidiano.

No capítulo três, faço uma análise da atuação dos profissionais do Serviço Social no espaço urbano, em especial, na área de habitação e a pouca importância que o atual currículo do curso de Serviço Social tem dispensado à temática da violência e da segregação sócio-espacial. Neste sentido, realizei encontros com alunos da Escola de Serviço Social da UFRJ a fim de apreender como eles entendem tais questões. Foi utilizado como instrumental o documentário “Até Quando?” para subsidiar o grupo focal e aplicação de questionário. As falas dos alunos foram transcritas para ilustrar os pontos de vistas.

CAPÍTULO I

SEGREGAÇÃO SÓCIO-ESPACIAL NA CIDADE DO RIO DE JANEIRO

1.1 O INÍCIO DA VIDA URBANA NO RIO DE JANEIRO

A partir da segunda metade do século XIX, a dinâmica nacional começou a ser transferida para o espaço urbano, ancorada no processo de modernização, o que significou o início do declínio do governo imperial e o fim da escravidão,

concomitante ao crescimento urbano e a modernização. Aparecia, especialmente na cidade do Rio de Janeiro, o setor industrial que traria com ele uma nova camada social, o operariado, composta por brasileiros e por imigrantes estrangeiros.

O centro detinha grande importância para a vida econômica e política da cidade e do país. A indústria começava a despontar, porém a sociedade ainda tinha grande característica escravista, mas esse processo de desenvolvimento, trás a necessidade de modernização. A industrialização e a urbanização, enquanto duas faces da mesma moeda, começam a atrair trabalhadores, que passam a buscar a cidade e a ocupar os postos de trabalho emergentes. Difunde-se um discurso da ordem, impregnado de valores morais, onde o homem tinha que estar inserido na fábrica, caso contrário era tido como vadio e marginal.

Fazendo uso de um discurso ideológico dualista, as classes dominantes como que dicotomizavam o mundo: de um lado o mundo do trabalho, da moral, da ordem; de outro, um mundo às avessas-amoral, vadio, caótico-que deveria ser reprimido e controlado para não comprometer a ordem. (VALLADARES, 1991, p. 87).

Neste momento, o aumento populacional que vinha ocorrendo desde 1850, não foi acompanhado pela melhoria da infra-estrutura urbana da cidade, o que provocava a precarização das condições de vida. A população pobre vivia em cortiços, vistos como insalubres e com grande quantidade de habitantes. Este cenário gerava grande insatisfação entre as elites econômicas e políticas brasileiras e o governo da capital federal, pois os mesmos desejavam ter no Rio de Janeiro um exemplo de sociedade moderna e dinâmica, aos moldes dos países europeus, livres de todos esses entraves que caracterizavam a sociedade enquanto tradicional, ou seja, atrasada. O que mais os incomodavam era a pecha de cidade com feições coloniais.

Segundo ABREU, “o ano de 1870, é, neste sentido, um marco divisório bastante adequado” (1987, p. 37). Neste período, ocorre o aumento dos trens suburbanos, assim como o colapso do sistema escravista. A necessidade de expansão da área urbana é influenciada pelo padrão de acumulação do capital, tanto estrangeiro quanto nacional. Para o autor, “bondes e trens possibilitaram, assim, a expansão da cidade e permitiram a solidificação de uma dicotomia núcleo-periferia que já se esboçava, como visto, antes de 1870”(1987, p. 44). Os bondes e trens serviram para difundir a lógica que permanece até os dias atuais, a Zona Sul

para a população abastada da cidade e o subúrbio para os segmentos mais populares da cidade.

Os cortiços e a população pobre vivendo no centro da cidade, misturando-se aos espaços de convivência da classe burguesa, geravam um clima de “desconforto”, insegurança e desordem. Esta situação precisava ser contida pelo Estado, o que levou a uma política higienista, isto é, a remoção dos cortiços e das classes ditas “perigosas” do centro da cidade; vacinas aplicadas na população de forma indiscriminada e controle das habitações populares.

A ‘política sanitaria’ ensaiara, como nunca se vira antes, um verdadeiro controle sobre o espaço urbano e sobre a moradia do pobre, criando novo discurso sobre a cidade onde surgirão os contrastes entre: tradição e progresso; feio, sujo, doença e belo, limpo, saúde; morte e vida; desordem e ordem.(CAVALCANTE¹ apud PECHMAN, 1990, p. 78).

A rua era considerada o local da vadiagem, do malandro e quem estivesse nela, como os camelôs, os mendigos e os “vadios”, deveriam ser reprimidos pela polícia. A Reforma, levada a cabo por Pereira Passos, no período de seu governo de 1902 a 1906, foi a primeira grande reforma urbana empreendida no Rio de Janeiro. O avanço da industrialização, com o aumento das exportações e as necessidades impostas para a reprodução do capital, tinham como demanda as reformas na capital do país. Era preciso “ordenar” a cidade, torná-la uma referência, para tanto era necessário fazer da cidade um espelho da classe burguesa. A reforma, respaldada nos avanços medicina e no discurso sanitaria, veio ratificar essa prática. Objetivava o alargamento e a proibição de população nas ruas, a limpeza das vias públicas, a preocupação com o saneamento básico. Em certas áreas da cidade tinha como objetivo a higienização e embelezamento dos bairros mais notórios. E de forma mais acintosa, determinava o deslocamento das camadas populares que viviam no centro da cidade para a periferia e/ou morros.

Era preciso, também, criar uma nova capital, um espaço que simbolizasse concretamente a importância do país como principal produtor do café do mundo, que expressasse os valores e os *modi vivendi* cosmopolitas e modernos das elites econômica e política nacionais. Nesse sentido, o rápido crescimento da cidade em direção a zona sul, o aparecimento de um novo e elitista meio de transporte (o automóvel), a sofisticação tecnológica do transporte de massa que servia as áreas urbanas (o bonde elétrico), e a importância cada vez maior da cidade no contexto internacional não condiziam com a existência de uma área central ainda com características coloniais, com ruas estreitas e sombrias, e onde se misturavam as sedes

¹ CAVALCANTE, Berenice de O. **Beleza, limpeza, ordem e progresso:** a questão da higiene na cidade do Rio de Janeiro no final do século XIX. In: Revista do Rio de Janeiro, n. 1, Dez. 1985, Rio/EDUF, p. 99.

dos poderes político e econômico com carroças, animais e cortiços. Não condiziam, também, com a ausência de obras suntuosas, que proporcionavam “status” às rivais platinas. Era preciso acabar com a noção de que o Rio era sinônimo de febre amarela e de condições anti-higiênicas, e transformá-lo num verdadeiro símbolo do “novo Brasil”. (ABREU, 1987, p. 60).

Para o melhoramento do processo de urbanização e o saneamento do centro da cidade, os cortiços foram demolidos, assim como tudo o que parecesse prejudicial à saúde pública e a ordem urbana. A ida para o subúrbio era uma das saídas para a população, ou então, a ocupação de morros na área central da cidade, que passam a ser rapidamente habitados após as demolições dos cortiços, locais esses que se tornariam as favelas².

A Revolta da Vacina (1904) foi mais uma forma de expressar a característica de atuação das políticas impostas à população da cidade. A política sanitária tinha como prática a invasão das casas populares, com a justificativa de desinfetar e sanear, assim como retirar os doentes das moradias de forma coercitiva. Essas intervenções desencadearam uma série de revoltas populares e confrontos entre a polícia e a população.

Esta negação da participação operária era a própria expressão da força do discurso ideológico sobre o comportamento político das camadas populares. Atribuindo-se a revolta exclusivamente à ação de ‘arruaceiros e vagabundos’, lograra-se transformar o que fora um grande movimento em nome da legítima defesa dos direitos civis e que contara com a participação de inúmeros segmentos sociais, em uma simples rebelião promovida por desordeiros desocupados capazes de arrastar a multidão à rua. (VALLADARES, 1991, p. 88-89).

A negação dos costumes e da cultura da população brasileira carioca é seguida da necessidade de incorporação da cidade aos modernos modelos das capitais européias³. Era preciso criar uma imagem de nação incorporada à dinâmica capitalista.

Concluindo, o período Passos, verdadeiro período Haussman à la carioca, representa, para o Rio de Janeiro, a superação efetiva da forma e das

² “Considerada oficialmente a primeira favela do Rio de Janeiro, o Morro da Providência, que fica atrás da Central do Brasil, foi batizado no final do século 19 como Morro da Favela, daí também a origem do nome (substantivo) que se espalhou depois por outras comunidades carentes do Rio de Janeiro e do Brasil. Os primeiros moradores do Morro da Favela eram ex-combatentes da Guerra de Canudos e se fixaram no local por volta de 1897. Cerca de 10 mil soldados foram para o Rio com a promessa do Governo de ganhar casas na então capital federal. Como os entraves políticos e burocráticos atrasaram a construção dos alojamentos, os ex-combatentes passaram a ocupar provisoriamente as encostas do morro - e por lá acabaram ficando”. (www.favelatemmemoria.com.br)

³ “A favela era permitida, portanto, desde que obedecesse a uma condição fundamental: ser invisível aos olhos burgueses ofuscados pelo *glamour* da arquitetura parisiense e pelo modo de vida moderno”. (Silva e Barbosa, 2005, p. 27).

contradições da cidade colonial-escravista, e o início de sua transformação em espaço adequado às exigências do Modo de Produção Capitalista. Neste movimento de transição o papel do Estado foi fundamental, tanto no que diz respeito à sua intervenção direta sobre o urbano, como no que toca ao incentivo dado à reprodução de diversas unidades do capital. Dialeticamente, o período Passos representa também a etapa inicial de desenvolvimento de novas e importantes contradições – agora de base totalmente capitalista – que marcarão profundamente a evolução da cidade no século XX. (ABREU, 1987, p. 67).

A população deveria participar dessa transformação, integrada à lógica do trabalho, inserindo-se no trabalho fabril. Porém, os ex-escravos ofereciam “resistência” ao trabalho assalariado, devido à lógica da relação de produção que eles vivenciaram anteriormente, optavam por formas alternativas de trabalho, assim como essa dificuldade de inserção era reforçada pela falta de qualificação e capacitação para o trabalho fabril. Dessa forma, eram considerados uma ameaça a ordem social. Segundo VALLADARES (1991), a vadiagem, a ociosidade, a pobreza eram concebidas como de responsabilidade individual, assim como se afirmava que o pobre ou vadio não se transformava em trabalhador porque assim não o desejava.

A ‘civilização urbana’ que se constrói como paradigma da modernidade no Brasil já nasce contaminada, viciada pela onipresença do Estado e sua primazia sobre o indivíduo. A não formação de uma economia de mercado, que incorporasse a todos no seu processo de expansão, levou à exclusão e marginalização de amplas camadas da população, assim como de suas práticas sócio-culturais. Em síntese, a sociedade brasileira irá modernizar sua fachada esquecendo-se dos aposentos dos fundos, negros e sujos. (PECHMAN, 1990, p. 84).

O Plano Agache, de 1928, era mais um plano de reforma urbana, que pensava na remodelação de toda a cidade, desde que a população das favelas e operários fossem removidos para o subúrbio em moradias coletivas. Esse plano continuava com a perspectiva higienista e conservadora, mas sempre objetivando a ordem, o plano dividia a cidade por classes sociais, delimitava o lugar do pobre concebido como entrave a civilização.

O Plano Agache tinha como objetivo maior “normatizar” o crescimento da cidade, submetendo-o aos interesses do estado. Detendo um caráter claramente segregacionista, o Plano Agache acabaria por oficializar a “*separação das classes sociais no espaço: ricos para um lado; pobres para outro. Para as favelas, também não havia opção: teriam que ser erradicadas*”. (ABREU, 1987: 143). Este plano sugeria, claramente, uma efetiva intervenção estatal na esfera da reprodução da força de trabalho, ou seja, adotando políticas capazes de possibilitar o acesso de moradia com baixo custo para os trabalhadores, nas áreas suburbanas, dotando-as de infra-estrutura básica (ou melhor, mínimas. Com o advento da revolução de 30, este plano foi arquivado (MAIA, 2002: p. 78).

A retirada da população pobre do centro da cidade fazia com que a população se deslocasse para a periferia, seguindo o percurso do trem - nesse momento, as favelas começam a se expandir em direção aos morros da zona sul e da zona norte e o surgimento de loteamento e bairros proletários na zona oeste, obviamente

associados à necessidade desse transporte para chegar ao trabalho, majoritariamente localizado na área central. A favela se constitui como uma alternativa aos que tiveram seus cortiços demolidos, o que mudava era somente a localização, pois o tratamento destinado aos seus moradores pelo poder estatal era o mesmo, atuação arbitrária e coercitiva.

Na década de 50, a migração cresceu de forma significativa, grande parte da população do norte e nordeste migrou para as regiões do sudeste. Essa dinâmica da migração tinha como atrativo a busca por emprego nas indústrias, buscando melhores condições de vida. O que provocou um inchaço na cidade gerou desemprego, a habitação e o transporte não comportavam o crescimento populacional.

A especulação imobiliária⁴ e a necessidade de morar próximo ao centro da cidade e dos locais de trabalho são expressas através do crescimento do número de favelas. Habitadas pela classe popular, essas localidades são marcadas pela falta de infra-estrutura e serviços públicos e por uma população que não consegue inserção no mercado de trabalho formal por não ter qualificação. Esse contingente populacional trabalha sem nenhuma garantia trabalhista e na informalidade.

A partir desta concepção, os pobres não são mais tidos como ociosos ou vadios, passando a ser compreendidos enquanto massa dos excluídos, dos marginalizados, colocados na periferia do sistema econômico com o direito de participação restrito, quando muito, à situação do subemprego. A marginalidade tem sua expressão máxima na favela, relegada pelos poderes públicos nos anos 50 e 60 e vista como síntese mesma da não-integração de amplos segmentos da sociedade urbana. O termo 'favelado' passa a ser sinônimo de 'pobre' e o espaço-favela ganha atributos muito semelhantes aqueles associados, décadas antes, ao cortiço. (VALLADARES, 1991, p. 98).

O processo de urbanização, não só da cidade, mas de todo o Brasil, é caracterizado pelo contínuo crescimento da segregação. Porém, uma característica muito peculiar do Rio de Janeiro, é o fato do processo de segregação ocorrer em espaços muito próximos⁵. O que é expresso por Silva e Souza quando observam que

O mais curioso nessas falas é a distância que marca o olhar: 'pouca gente já subiu aquela montanha' afirma o mesmo Orestes Barbosa. A distância, física e mental, é outra das marcas significativas na construção do

⁴ "As remoções tiveram um papel central para a expansão imobiliária vinculada ao acelerado crescimento econômico do período – o 'milagre brasileiro'". (Silva e Souza, 2005, p. 46).

⁵ "Em cidades como o Rio de Janeiro e Salvador, as ocupações ilegais em áreas centrais marcaram, em ampla escala, os lugares de reciprocidade e da redistribuição (perversa) no espaço urbano, definindo uma configuração sócioespacial particular caracterizada pela proximidade física entre ricos e pobres". (Lago, s/ ano, p. 1).

imaginário sobre as favelas. Com ela construiu-se uma postura sociocêntrica, que atravessou as décadas e é dominante até hoje. (SILVA e SOUZA, 2005, p. 30).

O governo de Carlos Lacerda, no começo da década de 60, foi marcado pelo aprofundamento da política remocionista. O Estado intervém, prioritariamente, removendo as favelas da zona sul e deslocando a população para a zona norte. Esse deslocamento exemplifica o caráter segregatório da política urbana, a vida a beira-mar é privilégio dos ricos, possibilitado pelo avanço do capital imobiliário e sua especulação.

Evidentemente, a preservação da zona sul para as classes de renda mais alta seria violentada com o aparecimento, no século XX, das favelas. Essas, entretanto, só permaneceram aí enquanto proporcionaram mais benefícios do que custos, tanto ao capital como ao Estado. Quando, a partir de 1960, a relação custo-benefício se inverteu, a maioria delas foi sumariamente erradicada; e seus moradores removidos para as áreas suburbanas. (ABREU, 1987, p. 57-59).

As remoções ocorriam de forma radical, já que os moradores eram transferidos para áreas desconhecidas e muitas vezes eram separados de seus familiares, tinham suas relações vicinais também “cortadas”. O modo de vida dessa população muda de forma significativa, as formas de sociabilidade são modificadas, assim como o modo relacionar-se com o outro.

A maior parte das remoções ocorria nas favelas do centro e da zona sul, devido aos interesses imobiliários. Esse processo foi acirrado a partir de 1964, devido a instauração da ditadura militar. O poder de reivindicação dos movimentos populares e associações de moradores foram enfraquecidos através das repressões. Nesse período, o interesse do capital é extremamente favorecido pela ação do Estado.

1.2. O AGRAVAMENTO DAS CONDIÇÕES DE VIDA NA CIDADE DO RIO DE JANEIRO A PARTIR DA DÉCADA DE 70

A partir da década de 70, o Rio de Janeiro começa a sofrer um processo de desindustrialização e perda do poder econômico somado à crise nacional que o país vinha passando⁶. Porém, todas essas transformações estão associadas ao processo de globalização e transformação da dinâmica dos centros urbanos.

⁶ Ver, a respeito, Ribeiro (2000, p.321).

A cidade do Rio de Janeiro não tem como característica a produção de bens duráveis de consumo. A sua economia baseia-se fundamentalmente, segundo RIBEIRO, na dependência dos setores terciários locais, no setor de serviços, ele não se caracteriza pela prevalência de atividades vinculadas ao terciário avançado. Essa característica exclui muitos trabalhadores da indústria, levando muitos para o trabalho informal, principalmente os trabalhadores de baixa qualificação. Assim como a precarização das condições salariais e de trabalho contribuem para o crescimento da inserção de trabalhadores na informalidade e/ou no trabalho autônomo.

Em síntese, as mudanças econômicas e as políticas de ajuste agudizam o processo de desindustrialização do Rio de Janeiro, cujo desdobramento são o crescimento de vasto setor de serviços e o incentivo à geração de empregos de baixa qualidade, seja pela precarização, seja pela informalização das relações de trabalho. Ocorre o aumento do comércio ambulante, do pequeno comércio, dos serviços pessoais, da construção civil, envolvendo as camadas mais pobres da população. Ao mesmo tempo, observa-se também o crescimento em importância de um outro pólo da economia de serviços, constituído por uma rede de profissionais qualificados nas áreas de pesquisa, do planejamento, da consultoria, da publicidade, etc. (RIBEIRO, 1999, p. 10).

O desemprego também aparece como uma consequência da estagnação econômica que contribui para a deterioração das condições de vida na cidade. O que explica o processo de desmetropolização, já que as pessoas passam a migrar para outras áreas que estão em crescimento e, portanto, oferecem melhores oportunidades de emprego e renda, do que as metrópoles tradicionais como o Rio de Janeiro e São Paulo, já saturadas. Porém, mesmo com essa diminuição, as favelas continuam a crescer devido à precariedade da renda, o que influencia a forma de habitar a cidade, sendo a favela o local mais viável para esse segmento.

Nesse período, a cidade adquire outra dinâmica, diminuía significativamente a atração de migrantes de outras regiões do país, associada ao deslocamento de trabalhadores pobres para a periferia. Essa atração tinha como principal interesse os loteamentos vendidos a preços baixos nessas áreas. Esses loteamentos, localizados distantes do centro do município do Rio de Janeiro e com pouca infra-estrutura, atraía esse segmento da população que almejava a casa própria.

O incremento do processo de construção de conjuntos habitacionais na zona oeste do Rio, destinados as classes populares, é possibilitado pelo baixo valor da terra. Porém, há também, nessas áreas, a construção de prédios e condomínios

para os segmentos médios. A possibilidade dos financiamentos habitacionais por órgão público é um facilitador para a compra da casa própria para esses segmentos.

As classes médias urbanas também fazem esse caminho, já que na periferia a oportunidade de conseguirem adquirir a casa própria, com mais espaço e conforto tornam-se possível devido aos baixos valores imobiliários. Porém, as áreas habitadas pela classe média, são em locais que já possuem uma infra-estrutura com melhor qualidade e acompanhada do surgimento de serviços necessários à essa população. Todo esse processo faz parte do crescimento da especulação imobiliária levando em consequência a segregação urbana.

É a partir dessa constituição de novos bairros na periferia metropolitana que começa a crescer favelas em torno dessa localidade, estimulada pela oferta de emprego gerada pelas habitações da classe média, seja no surgimento de serviços básicos ou em serviços pessoais.

Embora não haja informações sistematizadas, pode-se afirmar que o processo de favelização tem acompanhado o surgimento desses novos empreendimentos imobiliários nas áreas periféricas consolidadas. Trata-se de um fenômeno relativamente novo na periferia e que evidencia a reprodução do histórico padrão de estruturação urbana na cidade do Rio de Janeiro, onde a favela é a única alternativa de moradia para aqueles que estão precariamente inseridos na economia urbana e que a proximidade com o mercado de trabalho, especialmente de prestação de serviço e construção civil, é condição para sua inserção. O fato das áreas centrais desses municípios periféricos estarem sofrendo uma relativa dinamização econômica nos setores de comércio, serviços e construção civil e ainda abrigarem um maior contingente de camadas médias demandantes de serviços pessoais, explica em parte a favelização periférica. Somam-se a esses fatores a mercantilização e a valorização da terra (e da laje) nas favelas mais centrais da metrópole, reduzindo as possibilidades de moradia nesses locais de famílias sem algum capital acumulado. (LAGO, s/ ano, p. 14).

Há, também, dentro dos próprios espaços segregados, como a favela, desigualdades e diferenciações. A favela quanto mais próxima da área central da cidade, maior valor imobiliário ela adquire, os aluguéis se tornam mais caros. Dessa forma, o pobre que esteja em condições de vida mais vulnerável, terá que migrar para áreas periféricas onde o custo de vida seja mais baixo. Porém, a distância dificulta o deslocamento para a busca de emprego e inserção no mercado de trabalho.

A localização de favelas próximas às áreas superiores permite o uso da infra-estrutura urbana, mesmo que de forma diferenciada, pelos moradores das favelas. O acesso aos serviços, aos equipamentos culturais, à praia, shoppings e ao mercado de empregos é facilitado pela proximidade física. A presença de favelas nessas

áreas permite a convivência de segmentos diferentes economicamente, o que desmistifica a cidade enquanto “cidade partida”, já que essa expressão caracteriza uma separação que na prática não existe, devido a proximidade muito explícita.

Existe, sim, uma desigualdade social e econômica muito latente e que faz com que na cidade eles convivam, ricos e pobres, em um mesmo espaço. E por isso, a questão da pobreza e da violência chame tanta atenção da mídia e da elite carioca. O que explica o surgimento exacerbado dos condomínios auto-segregados.

1.3 AUTO-SEGREGAÇÃO: O CONDOMÍNIO FECHADO COMO MAIOR EXPRESSÃO DESSA CATEGORIA

A auto-segregação, como o próprio nome já supõe, é a possibilidade da própria pessoa escolher o espaço que quer habitar, freqüentar e com quem se relacionar, opção que só é possível ser feita pelos segmentos sociais abastados economicamente. Portanto, esse processo expressa a grande presença da especulação imobiliária em áreas valorizadas da cidade, preconizando o escapismo das elites urbanas dos espaços de socialização da população em geral. Esse processo gera o esvaziamento do conceito de cidadania e solidariedade entre os cidadãos.

Desde a década de 70 é notório o crescimento do processo de especulação imobiliária. Nessa época, na cidade do Rio de Janeiro, os investimentos urbanísticos eram voltados para a Zona Sul e para a Barra da Tijuca, bairros litorâneos e de atração da elite carioca. A urbanização dessas áreas, principalmente a Barra da Tijuca, previa a exclusão dos segmentos pobres da população. A construção de condomínios exclusivos, dotados dos mais novos equipamentos tecnológicos de infra-estrutura caracteriza quem é o público-alvo desses empreendimentos.

Segundo Souza,

Diversos fatores têm contribuído, desde meados dos anos 70, para a formação e consolidação de fenômenos de auto-segregação protagonizados pelas elites urbanas. Dentre esses fatores podem ser destacados: 1) uma paisagem urbana crescentemente marcada pela pobreza e pela informalidade, inclusive nas áreas centrais e nos bairros residenciais privilegiados mais tradicionais; 2) a deterioração das condições gerais de habitabilidade e qualidade ambiental nos bairros residenciais privilegiados tradicionais, devido a congestionamentos, poluição do ar etc.; 3) a busca por uma maior “exclusividade” social; 4) , eventualmente, a procura de novos espaços residenciais que apresentassem amenidades naturais; e 5) o aumento objetivo da criminalidade violenta e de problemas associados a estratégias de sobrevivência ilegais (como as “balas

perdidas” quando de tiroteios entre quadrilhas rivais de traficante de drogas, a desvalorização de imóveis situados próximos a favelas etc.)e também da “sensação de insegurança” vinculada, com maior ou menor dose de realismo, à criminalidade objetiva. A criminalidade e a insegurança parecem confundir-se com a imagem da cidade tradicional, e o seu agravamento, a partir da década passada, tem feito dessa problemática um fator de estímulo à auto-segregação cada vez mais poderoso. (SOUZA, 2000, p. 197-199).

Os condomínios fechados, denominados por CALDEIRA de enclaves fortificados:

São propriedade privada para uso coletivo e enfatizam o valor do que é privado e restrito ao mesmo tempo que desvalorizam o que é público e aberto a cidade. São fisicamente demarcados e isolados por muros, grades, espaços vazios e detalhes arquitetônicos. São voltados para o interior e não em direção à rua, cuja vida pública rejeitam explicitamente. São controlados por guardas armados e sistemas de segurança, que impõem as regras de inclusão e exclusão. (CALDEIRA, 2000, p. 258-259).

Essa nova forma de morar na cidade tornou-se desejo de muitos, até mesmo daqueles que não possuem poder aquisitivo suficiente para adquirir uma casa nesses condomínios. A propaganda e as atratividades que o marketing cria sobre essa mercadoria produz um diferencial entre os moradores da cidade. Logo, quem mora em condomínios exclusivos possui um status social superior aos moradores de locais comuns, por consumirem tecnologias e espaços de grandes investimentos econômicos, acessíveis a poucos moradores da cidade.

A busca pelos condomínios é muito influenciada, hoje, pelo crescimento da violência e pela disseminação da “cultura do medo”. O diferente, o outro é sempre um potencial agressor e a distancia criada pelos muros; segurança privada e equipamentos de tecnologia de ponta (câmeras; alarmes; etc.) oferecidos pelos condomínios fechados, criam uma sensação de segurança para essa camada rica e diferenciada da população. Assim, a expansão desse tipo de moradia torna-se ideal entre toda a sociedade, que busca associar conforto à segurança.

Os condomínios, principalmente os de maiores portes, buscam evitar a cidade e a proximidade com o diferente. Neles, é possível encontrar shoppings centers; prédios comerciais; escolas; hospitais, locais de lazer e a busca por amenidades a muito não encontradas na cidade, de forma a evitar a saída de seus moradores para áreas não exclusivas e, portanto, inseguras e de sociabilidade com classes consideradas inferiores. É nessa busca de diferenciação, que novas formas de desigualdades surgem, sempre tentando reafirmar o lugar de cada um na cidade.

A autora CALDEIRA chama atenção para a perda da questão da democracia e do cumprimento das leis, que deveriam ser aplicados igualmente para todos. Porém, os moradores consideram o condomínio como local privado e dessa forma, infrações cometidas por moradores nesses espaços não possuem o mesmo tratamento caso acontecesse do “lado de fora”. Dessa forma a autora explica, “critico a vida comum dentro dos muros, mas não por deixar de criar um senso de comunidade. Critico os condomínios por não criarem uma vida pública regulada por princípios democráticos, responsabilidade pública e civilidade”. (2000, p. 277).

O que chama atenção, na forma de auto-segregação, é o fato da negação da vida pública. Os espaços de sociabilidade e de convivência entre pessoas de classes diferentes estão cada vez mais distantes, a rua, antes lugar de sociabilidade, torna-se o lugar da insegurança, do medo.

Tornada estranha, ‘guetificada’, não experimentada em sua plenitude, a cidade deixa, assim, de promover relações sociais e políticas mais amplas. A cisão existente nessa esfera manifesta-se espacialmente, demonstrando participações na geografia do mundo urbano. E esse é um fato perfeitamente explicável, posto ser o espaço não somente uma dimensão física e material, mas um construto e construtor de relações sociais. (MAIA, 2003, p. 27).

A auto-segregação expressa a busca individualista por melhores condições de vida, ou seja, ao se afastarem do caos social, não pensam coletivamente em alcançar melhores condições de vida na cidade, que permita o uso da cidade por todos. Essa fragmentação da sociedade dificulta o exercício da cidadania e formas mais representativas de reivindicações. Mas esse isolamento não faz com que esses moradores não vivenciem as desigualdades e problemas por ela suscitada.

Souza descreve o significado desse processo.

O resultado de tudo isso é, como se viu, mais que simplesmente um padrão mais complexo de segregação; o que se vai gerando é uma espacialidade caracterizada por sérios conflitos e tensões, pelo desafio ao Estado e ao controle territorial estatal representado por grupos criminosos e pelas estratégias espaciais defensivas utilizadas por parcelas das camadas médias e altas da sociedade. A cidade que daí emerge é, ao mesmo tempo, uma unidade espacial interna e externamente integrada sob o ângulo econômico (...) e um espaço local cada vez mais fraturado sociopoliticamente e menos vivenciado como um ambiente comum de socialização (...). Como uma unidade na diversidade, em que as contradições de classe, as tensões de fundo étnico e a segregação residencial daí decorrente não eliminam a percepção da cidade como uma entidade geográfica coerente. (SOUZA, 2000, p. 217).

1.4 GLOBALIZAÇÃO E SUA INFLUÊNCIA NAS FORMAS DE SEGREGAÇÃO SOCIO-ESPACIAL

As tendências, quanto ao modo de ocupação da terra no Rio de Janeiro, continuam sendo acirradas ao longo do desenvolvimento das políticas urbanas, junto ao processo de globalização. As desigualdades sócio-espaciais são tratadas enquanto um problema para a ordem urbana e entrave para o investimento do capital externo. Para ser uma cidade moderna é necessário, como já presenciamos, uma produção residencial moderna nas áreas dotadas de melhor infra-estrutura urbana da cidade e a expulsão das classes populares para a periferia.

É nesse contexto que o Estado, mesmo tendo como característica sua intervenção mínima, ele tem atuação primordial na definição do espaço urbano, por ser o principal provedor de infra-estrutura básica, é ele quem define onde os projetos urbanos terão maior investimento.

Como já foi mencionado, o Estado seria, então, o principal agente do processo de segregação espacial observado nas cidades, a medida em que sua intervenção em áreas destinadas aos setores menos privilegiados dá-se com menos ênfase, sendo ampliada em momentos estratégicos (como em épocas de eleições) e não raras vezes utilizada como forma de clientelismo político, apresentando-se como “boa ação”. (MAIA, 1998, p. 55).

O Estado, no contexto atual, estabelece parcerias com o setor privado, com a função de criar condições gerais para a produção e reprodução da vida social sob o domínio do capital. Esta relação entre o Estado e o capital tem o objetivo maior de atrair investimentos para a cidade e, ao mesmo tempo, torná-la vendável. Isto é, a cidade deve ser organizada estrategicamente e valorizada para o consumo. O Estado, neste sentido, tem o papel de fiscalizador; financiador de políticas públicas e, principalmente como criador de consensos, ele tenta escamotear as desigualdades.

Sendo assim, a questão urbana, atualmente, está relacionada à competitividade. A venda da cidade passa a ser principal função dos governantes, qualquer iniciativa que pareça estar vinculada ao social, tem no fundo um caráter empresarial. A cidade, atualmente, tem que ter como característica a produtividade, a competitividade e a subordinação ao mercado.

Ao falar desse processo, não atingimos só o campo espacial da habitação, de acordo com o parágrafo supracitado. Ao falar dos investimentos estatais, remete-se

a questão do poder. Poder associado à economia e a política. Logo, quem tem poderio econômico, tem muito mais acesso aos serviços urbanos do que a classe popular.

A configuração da cidade, através dos processos de auto-segregação, estimula a negação do outro, a não identificação enquanto cidadãos de uma mesma cidade. O que implica em desmobilização e o reconhecimento do lugar de cada um na cidade, não podendo ultrapassar as barreiras concretas ou, muitas vezes simbólicas. A mobilização e reivindicação tornaram-se sinônimo de baderna e desocupados e não mais como luta por direitos sociais. Sanchez explica,

Com significativa recorrência nos processos locais, o primeiro passo para a autodefinição é a definição do "outro" de modo excludente e estereotipado. A desqualificação do "outro", sejam cidades ou regiões, parece ser uma ferramenta para a qualificação do "nós", para a construção do sentido de pertencimento. O processo de representar a diferença, o outro, é uma prática política e a desqualificação de outros lugares gera poder para os sujeitos do próprio lugar. (SANCHEZ, 2001, p. 37).

A cidade, na conjuntura atual, apreendida e manipulada enquanto uma mercadoria⁷, procura construir um padrão homogêneo de cidades. Essa configuração explicita a tendência a busca de investimentos internacionais, o que *"impõem modos de apropriação e comportamentos apoiados em representações que, em alguns casos, reforçam, em outros, determinam novas formas de inclusão e exclusão de grupos sociais"*. (SANCHEZ, 2001, p. 248).

O Rio de Janeiro, nessa dinâmica, tem como seu atrativo, na venda de sua imagem, a vocação para a cultura e o turismo. Os investimentos em áreas que atraem os interessados nesse produto, vêem a cidade de forma "recortada", em pedaços que despertem o interesse desse público-alvo. Portanto, o lado mais pauperizado da cidade é camuflado. Algumas favelas, por exemplo, tornam-se pontos turísticos e produtores de movimentos culturais e artísticos, vide o samba que tem a favela como seu "berço" e atualmente, o funk e o hip hop, todos esses entendidos como formas de cultura popular.

Essas características globais das cidades, quando somadas as especificidades da cidade do Rio de Janeiro, demonstram a dificuldade de reversão desse quadro de uso do espaço da cidade. A forma de apropriação do espaço,

⁷ "Esta transformação das cidades em mercadorias vem indicar que o processo de mercantilização do espaço atinge um novo patamar, produto do desenvolvimento do mundo da mercadoria, da realização do capitalismo e do processo de globalização em sua fase atual. A existência de um mercado de cidades, como um fenômeno recente, mostra a importância cada vez maior do espaço no capitalismo: a orientação estratégica para a conquista do espaço, que agora alcança cidades como um todo, postas em circulação num mercado mundial, evidencia a produção global do espaço social". (SANCHEZ, 2001, p. 246).

reforçada pelas exigências da reprodução do capital, restringe o acesso igualitário da cidade por segmentos distintos da sociedade.

Esta tendência amplamente difundida de se conceber a cidade como uma mercadoria, ao invés de um espaço de produção e consumo coletivo, de sociabilidade, de luta por direitos sociais no seu processo de gestão (ou co-gestão). Somente esta efetiva participação será capaz de possibilitar a implementação de programas e serviços consoantes com os efetivos interesses de todos os moradores da cidade, transformando-os em efetivos cidadãos. (MAIA, 1998, p. 72).

Pensar, a segregação sócio-espacial é discutir todas as formas de poder e de experimentação da sociedade. A diferenciação dos espaços, a morte do espaço da rua como lugar de trocas cotidianas, espaço de socialização, associada a essa reorganização espacial, introduzida pela segregação na cidade, tem uma base econômica e uma base política. Está diretamente relacionada a mercantilização dos bens necessários para a produção da vida cotidiana. O bairro residencial exclusivo é possível para os que detêm o poderio econômico e a grande aglomeração dos bairros dos trabalhadores é cada vez mais visível exatamente porque a terra urbana é uma mercadoria, quem tem dinheiro usufrui amplos setores da cidade, quem não tem restringem-se a espaços renegados da cidade.

CAPÍTULO II

A VIOLÊNCIA URBANA E SEUS IMPACTOS NA CIDADE DO RIO DE JANEIRO

A violência, enquanto fenômeno social, possui enorme complexidade e, em razão disto, não há como entendê-la de maneira unívoca, tampouco abarcá-la através de um único conceito. Segundo Yves Michaud,

A violência é, antes de tudo, uma questão de agressões e de maus-tratos. Por isso a consideramos evidente: ela deixa marcas. No entanto essa assume sua qualificação de violência em função de normas definidas que variam muito. Desse ponto de vista, podem haver quase tantas formas de violência quantas forem as espécies de normas. (1989, p: 8).

No meio urbano, algumas destas agressões assumem uma conotação especial e, segundo SOUZA (apud MAIA, 2002, p. 175-176), apresentam

uma conexão muito forte com a espacialidade urbana e/ou com problemas e estratégias de sobrevivência que revelam ao observador particularidades ao se concretizarem no meio citadino, ainda que não sejam exclusivamente 'urbanos' (a pobreza e a criminalidade são evidentemente, fenômenos tanto rurais quanto urbanos) e sejam alimentados por fatores que emergem e operam em diversas escalas, da local à internacional.[...] Do conceito de violência urbana emerge, assim, como núcleo do fenômeno [as] reações 'não-políticas' dos desprivilegiados- assaltos, quebra-quebras, saques, além de incluir outras manifestações da violência que, como a agressividade no trânsito ou por parte de torcidas organizadas nos estádios de futebol, remetem a problemas como o estresse e a deterioração geral da 'urbanidade' ou 'civildade' no ambiente de uma grande cidade contemporânea.⁸

A violência urbana, na cidade do Rio de Janeiro, tornou-se um tema e uma realidade presentes no cotidiano e na fala dos cidadãos. As discussões sobre tal questão englobam variados segmentos da sociedade, desde o cidadão comum aos

⁸ SOUZA, Marcelo Lopes de. **O desafio metropolitano**: um estudo sobre a problemática sócio-espacial nas metrópoles brasileiras. 1 ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2000. 368p.

intelectuais, passando também pelos políticos e chegando ao campo da mídia, a maior difusora deste fenômeno.

Neste trabalho, limito meu estudo à violência urbana, processo esse que se expressa nas grandes metrópoles e reúne um conjunto de ações que podem ser compreendidas por algumas tendências, a exemplo do que é sugerido por ADORNO,

A sociedade brasileira, egressa do regime autoritário, há duas décadas, vem experimentando, pelo menos, quatro tendências: a) o crescimento da delinquência urbana, em especial dos crimes contra o patrimônio (roubo, extorsão mediante seqüestro) e de homicídios dolosos (voluntários); b) a emergência da criminalidade organizada, em particular em torno do tráfico internacional de drogas, que modifica os modelos e perfis convencionais da delinquência urbana e propõe problemas novos para o direito penal e para o funcionamento da justiça criminal; c) graves violações dos direitos humanos que comprometem a consolidação da ordem política democrática; d) a explosão de conflitos nas relações intersubjetivas. (2002, p. 88).

Atualmente, no Rio de Janeiro, a violência não pode ser dissociada do tráfico de drogas. É a partir desta prática que ocorrem os confrontos armados entre traficantes e policiais ou até mesmo entre traficantes de facções diferentes, o que gerou o aumento de homicídios e dos sentimentos de insegurança e medo na sociedade.

De acordo com dados do IPEA publicado no Rio Estudos, algumas das cidades mais violentas do Brasil estão localizadas no Estado do Rio de Janeiro, na Baixada Fluminense: Duque de Caxias (69,62%); Nova Iguaçu (68,54%) e São João de Meriti (67,65%). (2005, p. 2).

A década de 80 foi um período marcado pela recessão econômica e aumento da inflação, desse modo, teve como conseqüências desastrosas para a sociedade o aumento do desemprego e a agudização da pobreza. A cidade do Rio de Janeiro, dentro deste contexto, também experimentou o aumento do tráfico de drogas, principalmente com a difusão da cocaína e a expansão do consumo para as áreas nobres da cidade.

Nesse período, a já existente facção “comando vermelho”, organização criminosa de traficantes de drogas criada na década de 70, fortaleceu a existência de uma rede mais complexa e “organizada” do tráfico.

A origem do “Comando Vermelho” está vinculada à organização dos presos dentro dos presídios. Na década de 70, presos políticos e presos comuns eram incursos dentro da “Lei de Segurança Nacional” e passavam a conviver nos presídios. Devido às péssimas condições de vida nos presídios e à desconfiança e violência entre os presos, os militantes de esquerda passaram a se organizar exigindo melhores tratamentos. Com base no exemplo desses militantes, os presos comuns também se organizaram, substituindo o conflito pela cooperação. Foi criado um fundo, com o dinheiro arrecadado nos assaltos a bancos, para patrocinar as fugas, também se estabeleceram códigos de lealdade entre os presos e os criminosos em liberdade. A imprensa nomeou essa organização dos presos de “Comando Vermelho”, e a partir daí esse nome passou a ser usado por diversos grupos de criminosos. Com o aumento da oferta de cocaína na América Latina no final dos anos 70, os bandos de assaltantes passaram para o tráfico de drogas baseado nas favelas e conjuntos habitacionais do Rio de Janeiro, o nome “Comando Vermelho” passou a ser usado para identificar a lealdade e aliança entre os donos de “boca-de-fumo”. (Misse⁹, 2000 apud Oliveira, 2004).

O tráfico de drogas, com lucro crescente, despertou o interesse de vários bandos e, conseqüentemente, a disputa pelos diversos pontos de vendas. O tráfico e a criminalidade violenta são assuntos recorrentes nos meios de comunicação, os telejornais transmitem quase diariamente confrontos armados; roubos de carros e atualmente, atentados contra ônibus que são incendiados por bandos.

Dentre as diversas abordagens sobre a violência, uma sugere a expansão da violência como decorrente de características da estrutura social e econômica, isto é, a cidade é marcada pela concentração da terra, corrupção, concentração de renda e desigualdade social.

De todo o modo, desde os anos 70, o discurso predominante, mesmo entre alguns dos últimos textos, era de que os verdadeiros problemas e questões seriam evidentemente a miséria crescente, o desemprego, a falta de serviços públicos eficientes, em especial no setor de saúde e da educação, e a ausência de políticas sociais, todos entendidos como violência perpetrada pelo Estado contra a população necessitada (Kowarick e Ant, 1981; Oliven, 1980, 1981, 1982; Sussekind, 1987). (Zaluar, 1999, p. 10).

Assim como a necessidade de consumo imposta pelo modo de produção capitalista, exacerbada nos dias atuais, associada à lógica de que sua identidade é construída a partir do que você possui e do que você consome e isso é o que define o “seu grupo” e quem você é. Neste sentido, quanto mais você consome o que está em voga, mais importância você adquire na sociedade. Conforme ZALUAR, “a saída criminosa é a entrada possível para a sociedade do consumo já instalada no país” (1994: 113).

A impossibilidade de acesso da grande maioria das camadas populares a bens e valores largamente publicizados, através da mídia e da cultura de massas em geral, acirra a tensão e o ódio sociais. A inadequação de meios

⁹ MISSE, Michel. **As Ligações Perigosas**. Mercado Informal, Ilegal, Narcotráfico e Violência no Rio. Educação e Contemporaneidade. Rio de Janeiro: ano 2, n.1, maio. 1997.

legítimos para realizar essas aspirações fortalece o mundo do crime. (Velho, 1996, p. 19).

Essa lógica, associada a questão do poder, de querer ser uma “autoridade” e estar acima do outro, contribuem para a inserção de jovens em atividades ilegais e ilícitas, que muitas vezes utilizam-se da violência para demonstrar virilidade e *status*.

A atração de crianças e adolescentes para a criminalidade, especialmente o tráfico de drogas, muitas vezes ocorre pelo fascínio pela arma e pela posição que a mesma traz, o respeito. Assim como a alta rotatividade dentro da organização que necessita de trocas constantes de homens, devido ao grande número de “baixas”, seja por morte ou prisão.

A autora Alba Zaluar, ao pesquisar sobre a entrada de jovens no tráfico em uma determinada favela, descobre como fala recorrente desses jovens para a atração ao tráfico, a necessidade do consumo e o poder e a diferenciação entre os outros jovens de forma a atrair as mulheres. Nesse sentido, a autora denomina essas atitudes como o “ethos da masculinidade”.

As referências explícitas à lógica da necessidade falam do gosto que os jovens rapazes têm pelas roupas bonitas ‘para aparecer bonito às mulheres’ ou ‘para não trajar que nem mendigo’, também só podem ser entendidas na sua associação com o mesmo ethos da masculinidade, que torna mais valorizado o homem que tem ‘muitas mulheres’ ou que se torna atraente a seus olhos porque é poderoso, porque ‘pode defender a mulher por andar armado. (Zaluar, 1994, p. 103).

As sociedades cada vez mais complexas difundem uma ideologia pautada no individualismo, sustentada no fortalecimento do indivíduo enquanto unidade social, o que desmonta o ideário de democracia e cidadania. Dessa forma, há um empobrecimento das formas mais concretas de relação com o outro, resultando no afastamento e na diferenciação social entre os indivíduos.

Sustento que uma das variáveis fundamentais para se compreender a crescente violência da sociedade brasileira é não apenas a desigualdade social, mas o fato de esta ser acompanhada de um esvaziamento de conteúdos culturais, particularmente os éticos, no sistema de relações sociais. Ou seja, a pobreza tomada isoladamente não explica a perda de referenciais éticos que sustentem as interações entre grupos e indivíduos. Isto fica mais evidente nas grandes cidades, devido à exacerbação da iniquidade social gerada pelo contraste agudo dos modos de vida. (Velho, 1996, p. 15-16).

Ao longo dos anos, em nossa sociedade, percebe-se uma baixa credibilidade em relação às instituições de segurança e justiça junto à população. Por um lado, a sociedade brasileira tem acompanhado o aumento da violência e da criminalidade; por outro, observa a ausência de respostas por parte das polícias e da Justiça, que

se expressa no despreparo das forças policiais para o enfrentamento do crime e nas altas taxas de impunidade.

O aumento da violência é resultado de um ciclo complexo que envolve fatores como o padrão violento de ação da polícia; descrença no sistema judiciário como mediador público e legítimo de conflitos e provedor de justa reparação; respostas violentas e privadas ao crime; resistência à democratização; e a débil percepção de direitos individuais e o apoio a formas violentas de punição por parte da população. (Caldeira, 2000, p. 101).

O aumento da violência, não só no Rio de Janeiro como em todo o país, não pode ser dissociada das práticas abusivas e da impunidade das ações praticadas pelas instâncias de controle à criminalidade. A falta de uma política de combate às atuações de corrupções, torturas e tratamento diferenciado às classes sociais reafirma a dificuldade de consolidar um Estado de direito.

A dificuldade de se fazer cumprir a lei para segmentos ricos da população vai a contraste com a severa punição a segmentos pobres, ainda mais potencializado caso o acusado seja negro. Esta afirmativa tem como respaldo o sistema escravocrata, que deixou como herança ações discriminatórias de classe e de cor, no qual o negro é a maior vítima de ações violentas, tanto na condenação pelo poder judiciário, tanto quanto vítima de homicídios.

As ações violentas provocadas pelas instituições do poder reforçam o não cumprimento dos direitos civis garantidos por lei. Assim como o apoio da população a essas práticas de violência deslegitimada.

Durante toda a história republicana, o Estado encontrou maneiras de legalizar formas de abuso e violação de direitos, como de desenvolver atividades extralegais sem punição. A repressão ao crime tem tido como alvo, sobretudo as classes trabalhadoras e freqüentemente esteve ligada à repressão política: “a questão social” continua sendo “questão de polícia”. Conseqüentemente, a população, e especialmente os setores mais pobres, tem sofrido continuamente várias formas de violência policial e injustiça legal, e aprendeu não apenas a desconfiar do sistema judiciário, mas também a ter medo da polícia. (Caldeira, 2000, p. 135-136).

Esses abusos cometidos por policiais e de impunidade no sistema judiciário é uma característica permanente de vários momentos da sociedade brasileira. A hierarquia e o poder se sobrepõem ao sistema igualitário descrito em nossa Constituição Federal. Mesmo em um regime democrático, o Estado não conseguiu superar as práticas de violações de direitos implantadas em governos totalitários.

Dessa forma, diante do estado de insegurança na sociedade e desconfiança do sistema de segurança e de garantia de sua integridade, tanto física quanto

material, abre espaço para um novo mercado, através do contrato de segurança privada; instalações de câmeras; cercas eletrificadas e espaços segregados. Esses são os principais meios que os segmentos privilegiados adquirem para sentirem-se seguros.

A violência tem provocado, também, alterações no modo de vida da população além de ter consequências em diversas áreas da sociedade, tendo transformado-se, inclusive em caso de saúde pública.

A Organização Mundial de Saúde (OMS), por meio da resolução 49.25, estabelece a prevenção da violência como uma prioridade no campo da saúde pública. Isto se explica, em parte, pelo crescimento da mortalidade por causas externas que, nas últimas décadas, atingiu proporções epidêmicas e pela falência do modelo de controle baseado, exclusivamente, em medidas punitivas e de policiamento ostensivo. Além do aumento na mortalidade, a violência está associada ao aumento da morbidade física e mental da população, gerando, conseqüentemente, altos custos sociais e econômicos. (Peres, 2002, p. 54).

Pensar a violência no campo da saúde pública significa a promoção de estudos e práticas que pensem em formas de diminuição dessas ações, pois estão intrinsecamente associadas ao bem-estar da população. Principalmente, ao pensar a saúde em sua definição mais atual, enquanto um estado de completo bem-estar físico, mental e social. E não a mera ausência de doença ou enfermidade (OMS).

A prevenção é a forma de combate à violência pensada na saúde pública. Dessa forma, torna-se mais eficaz o não acontecimento desses atos. Portanto, não pode ser desvinculada das outras áreas do poder público, que ao estarem articuladas promovem um combate mais objetivo.

2.1. A FAVELA ENQUANTO PALCO DA DISCRIMINAÇÃO E DA VIOLÊNCIA

A favela é vista como o reduto da violência e do tráfico, como se a violência surgisse somente nesse espaço e se disseminasse por toda a sociedade, sendo toda a população alvo de ações violentas. Segundo Souza,

A partir dos anos 80 presencia-se a emergência de um novo contexto de estigmatização, em cujo âmbito se dá uma espécie de atualização do 'mito da marginalidade', por conta da assimilação simplista (e moralista) das favelas a redutos de criminosos, como se aí só vivessem traficantes – ou como se todos seus moradores fossem beneficiários e entusiastas do tráfico, merecendo, portanto, ser também conduzidos ao banco dos réus. (2000, p. 60).

O mito da marginalidade, descrito pela antropóloga norte-americana Janice Perlman, através de sua pesquisa iniciada em 1968, no Rio de Janeiro e publicada em 1977, ainda é muito recorrente no discurso do senso comum, sua significação faz uma associação simplista dos moradores das favelas ao crime. Os mesmos são vistos como vagabundos e à margem da sociedade. Portanto, sofrem preconceitos por serem considerados perigosos, já que vivem em lugar interpretado socialmente como reduto de violência e de criminalidade. Segundo Brum (2004), “para muitos membros da classe média, os favelados (por sofrerem várias formas de preconceitos econômicos e/ou raciais) são os culpados dos desequilíbrios no sistema, já que não trabalham, desperdiçam dinheiro público e, mais recentemente, são os criminosos que assaltam e matam”.

O que é, talvez, mais importante: o paradigma da marginalidade baseia-se num modelo equilibrado ou integrado da sociedade. Não apenas os mitos são falsos, mas o modelo também não é válido. A teoria da marginalidade supõe que num sistema em funcionamento as interconexões entre segmentos tendem a ser mutuamente satisfatórias e benéficas para todos. É possível, todavia, haver um sistema estável cujo equilíbrio beneficie a alguns precisamente graças à exploração explícita ou implícita de outros. Os grupos assim explorados não são marginais, mas integrados em larga medida no sistema, funcionando como uma parte vital do mesmo. Em resumo, integração nem sempre implica reciprocidade. (Perlman, 1977, p. 288).

Tal mito não nasceu por acaso, mas sim por interesses de classes, é permanentemente repleto de preconceitos que vão ao longo dos anos se modificando e atribuindo mais valores estigmatizantes para o pobre. Essa ideologia serve para a “manutenção do *status quo*” (Karl Manhein apud Janice Perlman: 290), já que sua função é visivelmente política, cria estereótipos e declara, implícita ou explicitamente, o lugar dos segmentos pobres na sociedade. Segundo PERLMAN, “A teoria da marginalidade, portanto, pode ser criticada não apenas por constituir uma afirmação falsa sobre a natureza de um grupo social, mas também um mito, no pleno sentido da palavra - uma maneira de contar a história da humanidade de maneira a servir aos interesses de uma classe particular” (1977, p. 306).

Os moradores das favelas convivem com a presença do tráfico de drogas e essa relação é permeada por diferentes ações dos traficantes. Anteriormente, o tráfico de drogas era chefiado por alguém que havia nascido e se criado na favela, conhecia os moradores e, portanto, tinha uma ação assistencialista e amigável com os moradores do local. Porém, à medida que o tráfico de drogas ganhou maior

visibilidade e, principalmente, aumentou a sua lucratividade, a disputa pelos pontos de venda tornou-se mais acirrada.

É nesse contexto, que quadrilhas rivais confrontam-se com a tentativa de dominar os pontos de venda de drogas, há a maior probabilidade do “dono do morro” ser um traficante nascido em outro local e por isso não ter nenhum vínculo com a comunidade, o que gera uma atitude de intimidação dos moradores, a partir de coação e ações violentas ,

Sobretudo naqueles casos, aparentemente cada vez mais comuns, em que os líderes do tráfico e os seus “gerentes” em uma dada favela não nasceram nem foram criados no local, e nem lá possuem, a destarte, parentes ou amigos de longa data (os quais representam elos de ligação afetiva com a comunidade em geral), parece estabelecer-se um gênero de relacionamento mais distante entre os traficantes e os outros moradores, sendo o estilo de controle mais tirânico e violento. (Souza, 2000, p. 69).

As favelas, a maioria instaladas nas áreas urbanas, são marcadas pela ausência ou precária infra-estrutura urbana de equipamentos e serviços, tais como: saneamento básico, transporte, lazer, equipamentos culturais, segurança pública e acesso à justiça. Assim como, os moradores dessas áreas ficam mais sujeitos a violência urbana. É nesse sentido que a pobreza e a violência estão relacionadas, não na assimilação simplista de que todo pobre é bandido, mas sim, pelo fato de serem os segmentos menos privilegiados aqueles mais sujeitos (e, portanto, tornado vítimas) das práticas violentas de bandidos e policiais. A compreensão do verdadeiro lugar da favela (ou melhor, dos pobres e de seus espaços de moradia) no contexto urbano pressupõe, antes de tudo, romper com visões duais e entender que,

Ainda que de maneira subordinada, as favelas são funcionais e incorporadas à cidade. Os favelados funcionam como peça importante do jogo eleitoral, pois constituem importante fonte de votos; os favelados são vitais para o funcionamento da economia da cidade, como oferta de mão-de-obra barata em diversos setores, além de constituírem também um mercado consumidor que não pode ser desprezado. Por tudo isso, as favelas não são um mundo a parte ou uma outra cidade. A expressão de ‘cidade partida’ pode ter sido válida como denuncia quanto as desigualdades que marcam o Rio de Janeiro, mas ela mais confunde do que esclarece, impedindo de ver que os favelados não são ‘excluídos’ mas incorporados (ao Estado, à economia, à cidade) de maneira subordinada, desigual e principalmente, ‘controlada’. Ao insistir na descrição de ‘cidade partida’ corre-se o risco de naturalizar o que se quer denunciar (para os bem-intencionados) e reforçar o que várias vezes se tentou e se tenta fazer, uma cidade com espaços bem demarcados para ricos e pobres, ‘morro’ e ‘asfalto’, além de simplificar uma questão que é complexa, não se resumindo simplesmente em ‘juntar duas partes’, mas sim superar problemas seculares no que tange às desigualdades que marcam nossa sociedade. Enfim, tornar a sociedade um espaço de todos. (Brum, [s/ ano], p. 6)

A identificação que fazem dos jovens moradores de favelas enquanto criminosos ou constantemente propícios a tornarem-se um, os colocam na “condição de problema social e, portanto, objeto da ação do Estado e das instituições sociais” (Souza e Barbosa, 2005, p. 59). Sempre associando à essa ação um caráter de repressão e punição, mesmo que atualmente essas ações estatais tenham ganho o nome de socioeducativas, ainda há muito o que mudar nas atitudes e formas de pensar do Estado e da população.

Ao pensar na visibilidade de ações violentas quando direcionadas a jovens de classes sociais distintas, percebe-se uma diferença extraordinária na abordagem do assunto. O jovem pobre, na maioria das vezes morador de favela, quando morto a tiro devido a confronto, é só mais um na estatística. Ao contrário da visibilidade e comoção da mídia e da população em geral, quando é assassinado um jovem da classe média, tornando a cidade palco de manifestações na zona sul e pauta de reportagem durante dias.

Essas distinções nada mais expressam que a naturalização que fazem da associação entre favela e violência; pobre e criminoso, refletindo a concepção de violência que sempre existiu na cidade. Porém, a sua grande visibilidade ocorre quando ela se aproxima e interfere na vida dos segmentos mais abastados. Enquanto a criminalidade violenta estava na periferia, nos morros da cidade, ela estava no “lugar certo”, reafirmando a visão conservadora de parcela da sociedade.

A justificativa social de atos criminosos ou que violam os direitos da coletividade sustenta-se, também, no desconhecimento das múltiplas redes sociais presentes nos espaços populares. Ao contrário do que se imagina no senso comum, são muito poucos os moradores que de fato se envolvem com a criminalidade. A estereotipia *progressista*, além de igualmente discriminatória, é incapaz de oferecer alternativas ao discurso *conservador*¹⁰. (Souza e Barbosa, 2005, p. 60).

Ao diferenciar e hierarquizar o valor da vida dos indivíduos, de acordo com a sua posição social e econômica, perde-se o sentido e noção de coletividade (vida coletiva), e é nesse sentido que a violência se instaura. As violações dos direitos

¹⁰ A estereotipia das favelas e de seus moradores faz-se presente não só na forma *conservadora* acima como também em uma forma pretensamente *progressista*. Na primeira, os jovens aparecem como criminosos em potencial ou como colaboradores de forças criminosas. Na representação progressista, os residentes em favelas, há algumas décadas, eram identificados por alguns setores sociais como *bons favelados*. O juízo estabelecia uma analogia com a visão romântica do *bom selvagem*, símbolo antimoderno de uma cidade racional e individualista. Embora essa idealização ainda se faça presente, tornou-se mais comum, entre os que assumem a perspectiva identificada como *progressista*, sua identificação como *vítimas passivas* – e intrinsecamente infelizes – de uma estrutura social injusta. (Souza e Barbosa, 2005, p. 59/60).

humanos, cometidas por policiais em comunidades, e sua aceitação por parte da sociedade é uma expressão desse comportamento em nossa cidade.

Os jovens são as maiores vítimas da violência na cidade do Rio de Janeiro e essa estatística aumenta quando associada à classe social e raça. Esses dados são descritos por Souza e Barbosa ao analisarem gráficos do IBGE, Censos Demográficos e PNADs:

No caso da cidade do Rio de Janeiro, foram mortas 3.306 pessoas em 2000. Uma taxa de 56,4 para cada cem mil habitantes. Desses homicídios 40, 5% ocorreram entre adolescentes e jovens, uma taxa de 259,0 para cada cem mil. Logo, um jovem carioca tem sete vezes mais chances de ser assassinado do que o resto dos jovens brasileiros. No caso dos negros – classificação que reúne os pretos e pardos –, o quadro da violência letal adquire o caráter de genocídio: eles têm 2,3 vezes mais chances de morrer do que os jovens brancos (...).

Caso seja um morador da Zona Norte ou da Zona Oeste, o drama é ainda mais grave, pois as chances de ser assassinado são 18 vezes maiores que a de um morador da Zona Sul da cidade. Nos bairros Leme e Copacabana, na Zona Sul, foram mortas 17 pessoas no ano de 2004; na região de Rocha Miranda e Acari, foram assassinadas 617. Nessa área atua o 9º Batalhão da Polícia Militar, que teve algum de seus policiais responsabilizados por duas das maiores chacinas da década de 1990, no Rio de Janeiro: a morte de 11 jovens da favela de Acari e de 21 pessoas da favela de Vigário Geral. (Souza e Barbosa, 2005, p. 64).

O crime organizado é exemplarmente o maior difusor da violência urbana atualmente. A organização do tráfico de drogas se estabeleceu na sociedade de forma complexa e concreta, a partir da brecha aberta pelas instituições judiciárias. As instituições que deveriam garantir a segurança da população e fazer cumprir as leis perderam seu poder de garantia da ordem, o que é expresso por atitudes violentas e ilegítimas, sendo incapazes de reverter o quadro instaurado na cidade.

Uma das consequências desse crescimento da violência tem sido a alteração das formas de sociabilidade no contexto urbano, bem como a construção do imaginário do medo, atuando na disseminação de um sentimento coletivo de insegurança.

2.2. A MÍDIA E SUA ABORDAGEM EM RELAÇÃO À VIOLÊNCIA

A veiculação de imagens de violência na mídia tornou-se algo corriqueiro. Porém, é preocupante a forma como esses atos são interpretados e transmitidos, principalmente pela televisão. É nesse sentido que se dá a necessidade de refletir como eles influenciam na forma de pensar e agir dos telespectadores.

As imagens e, conseqüentemente, as reportagens televisionadas, com certeza captam o real, porém, não se pode esquecer que essa captura já vem imbuída de valores, ela é um recorte da realidade a partir do ponto de vista de quem a produz. E essa noção deve ser clara aos olhos de quem a assiste, ou caso contrário, estará adquirindo valores de terceiros sem ao menos fazer uma avaliação crítica. Segundo EGLER, “o indivíduo percebe a realidade através do olhar televisivo, certamente fragmentado. Fragmentos de uma realidade, recortada pelo monopólio do olhar dos poucos donos deste poder”.(1992, p. 69).

A violência se institui como uma forma de linguagem autônoma, ela substitui o diálogo. Verifica-se, atualmente, que ela é um meio de solucionar conflitos (ou aprofundá-los) pelo fato das pessoas não recorrerem mais às instâncias mediadoras de conflitos; ao diálogo; ao acordo de forma legítima.

A mídia ao mostrar as cenas de violência, extrapola a barreira territorial no qual a ação ocorreu, torna a cena pública para diferentes regiões. Dessa forma, ela possibilita não só a reprodução da imagem, como a criação de valores e discursos, toma partido e influencia o telespectador. Utiliza discurso de diferentes atores sociais, mas sempre na intenção de criar consenso, visto que a mesma não é neutra em relação às reportagens.

O tráfico de drogas e a criminalidade são assuntos recorrentes nos meios de comunicação, os telejornais transmitem quase diariamente imagens violentas. Porém, as transmissões de tais reportagens são apresentadas de forma descritiva, a imagem é posta como uma linguagem, como se falasse por si só. Dessa forma não é discutido o “x” da questão, ou seja, não se discute quais são os seus determinantes e as formas de enfrentamento de tal problemática. A mídia não pode ser vista somente como um veículo de comunicação, mas como “produtoras de sentidos e valores” (Njaine e Minayo, 2004, p. 209). Ela desperta o sentimento de insegurança generalizada e a divulgação de ações criminosas deixa a população em estado de alerta.

Embora os meios de comunicação denunciem diversas formas de injustiças sociais e de desrespeito aos direitos humanos, é sempre de forma inacabada, pois continuam reforçando o senso comum e legitimam a violência nos espaços populares. Diariamente assiste-se a reportagens de violência, principalmente às relacionadas ao confronto de traficantes e policiais, assim como assaltos ocorridos em lugares considerados de “risco”. Portanto, os meios de comunicação muitas

vezes utilizam-se do espetacular¹¹, do sensacional para atrair os espectadores, interferindo no cotidiano da população. A forma como as imagens são transmitidas e a forma como são relatadas expressam superficialmente o que elas realmente significam, vivemos na sociedade do espetáculo, no qual a imagem tem mais importância do que seu próprio conteúdo. Contribuem para a transmissão da imagem estereotipada da violência e dos atores sociais envolvidos, a estigmatização das favelas e morros e seus moradores, imaginados como foco da violência e da vitimização potencial causada pela sensação coletiva de insegurança. Segundo Santos, *no caso da televisão, procura-se o sensacional, o espetacular, mediante a dramatização de fatos de maneira a produzir o extraordinário do mundo ordinário.* (Santos, 2002, p. 22).

A forma espetacularizada e muitas vezes banalizada da violência, a coloca como algo que está posto socialmente e, portanto, tornou-se inerente aos tempos atuais. Mas, também, deixa claro que a espetacularização é permeada por um ponto de vista político, que necessariamente privilegia segmentos que detêm o poder e que têm interesse na manipulação do entendimento da violência. Reafirma que a violência é cometida pelos pobres e é através da repressão que se combate à mesma. De acordo com Rondelli, “pelo procedimento da ampla visibilização, os meios de comunicação agem como construtores privilegiados de representações sociais e, mais especificamente, de representações sociais sobre o crime, a violência e sobre aquelas pessoas envolvidas em suas práticas e em sua coibição”. (2000, p. 150).

De acordo com Egler,

O projeto político implícito na mensagem televisionada é de manutenção da desigualdade e da exclusão social, na ‘cidade maravilhosa’, que se deseja resgatar. (1992, p. 73).

A imagem veiculada prioriza um olhar parcial da cidade. Trata-se de uma mensagem que reafirma a segregação social e forma um conjunto de

¹¹ O espetáculo, compreendido na sua totalidade, é simultaneamente o resultado e o projeto do modo de produção existente. Ele não é um complemento ao mundo real, um adereço decorativo. É o coração da irrealidade da sociedade real. Sob todas as suas formas particulares de informação ou propaganda, publicidade ou consumo direto do entretenimento, o espetáculo constitui o *modelo* presente da vida socialmente dominante. Ele é a afirmação onipresente da escolha *já feita* na produção, e no seu corolário -- o consumo. A forma e o conteúdo do espetáculo são a justificação total das condições e dos fins do sistema existente. O espetáculo é também a *presença permanente* desta justificação, enquanto ocupação principal do tempo vivido fora da produção moderna. (Debord, 1997, p. 6).

símbolos que acabam criando barreiras invisíveis, tornando os territórios proibidos e a cultura inacessível. (Ferrara¹², 1988 e Ribeiro¹³, 1990 apud Egler, 1992, p. 73).

Estas formas de transmissão da imagem da violência influenciam a forma de sociabilidade da cidade, ou seja, os cidadãos têm como principal característica a evitação; o individualismo e busca de espaços privativos. Essas são características inerentes ao modo de produção capitalista e na conjuntura atual, são exacerbadas devido às ações violentas, já que as relações tornaram-se muito mais impessoais, dando espaço para constantes conflitos. O que já era pensado por Simmel ao falar do homem metropolitano. O mesmo aborda as atitudes que são características da metrópole, no qual o anonimato e o individualismo são formas de defesa. Essas atitudes “acabam por criar distâncias sociais e se tornar mecanismos de autodefesa da personalidade metropolitana” (SIMMEL¹⁴, 1997 Apud MAIA, 2002, p. 177).

2.3 O MEDO COMO INFLUÊNCIA NO MODO DE VIDA DA POPULAÇÃO CARIOCA

O medo de tornar-se uma vítima da violência mudou o modo de vida da população. A forma de vivenciar a cidade e de relacionar-se com o outro se diferencia da forma como era há anos atrás. Sair à noite ou ficar na praça e nos portões de casa até horários mais tardes eram práticas comuns dos cariocas, principalmente de moradores do subúrbio, e que atualmente se tornam cada vez mais raras de presenciarmos.

As grades, câmeras, cancelas e interfones são uns dos muitos exemplos que podemos utilizar para mostrar como as pessoas tentam defender-se das situações de crime. Assim como, as pessoas se sentem angustiadas ao estarem na rua e, portanto, vêem-se como um suposto alvo de violência, o que causa um contínuo estado de apreensão.

Tomando o exemplo de Freire Costa (1993), a “cultura da violência”, na nova feição assumida no Brasil, é aquela que, “no vácuo da lei”, “segue regras próprias”, tornando a violência um padrão de referência familiar,

¹² FERRARA, Lucrécia D'Alessio. **Ver a cidade**: cidade, imagem, leitura. São Paulo: Novel, 1998.

¹³ RIBEIRO, Ana Clara Torres. **Comunicação, tecnologia e sociedade**: novas tendências no Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, IPPUR, 1990 (mimeo).

¹⁴ SIMMEL, Georg. **A metrópole e a vida do espírito**. In: FORTUNA, Carlos. Cidade, cultura e globalização: ensaios de sociologia. Oeiras: Celta editora, 1997.

corriqueiro, cotidiano: “A violência torna-se um item obrigatório na visão de mundo que nos é transmitida. Cria a convicção tácita de que o crime e a brutalidade são inevitáveis”. (Rocha, 1999, p.85/86).

Dessa forma, segmentos privilegiados buscam os espaços auto-segregados, tentando afastar-se ao máximo das situações consideradas de “risco”. O medo cria na população atitudes de evitação, ou seja, estão sempre criando mecanismos para defender-se da violência, tais como: não falar com pessoas desconhecidas; não andar por lugares perigosos; não sair à noite; andar sempre em grupo; entre outras. O que segundo Machado da Silva¹⁵, citado por Rocha (1999, p. 88), chama de “um novo padrão de sociabilidade”.

A insegurança ronda todos os lugares, aflige a todas as pessoas, marca todas as relações, tornando-se um sentimento que independe do confronto real com um ato de violência. O sentimento de pânico se generaliza entre os diferentes grupos e classes sociais, fazendo-os perceberem a cidade como um espaço hostil e fragmentado. Há de se ressaltar, contudo, que tal percepção não é uniforme, unívoca, e depende, como já indicara ZALUAR (1994: 13), da classe social a que se pertence e do local em que se mora, do jornal que se lê e do programa que se assiste, assim como da imagem forjada por estes últimos a respeito de cada classe e de cada área da cidade. Muitas interpretações e explicações são produzidas em relação à violência, não raras vezes pautadas no senso comum e em estereótipos. (Maia, 2002, p. 176).

A violência de certo modo autonomiza-se (Rocha, 1999), já que suas imagens são cotidianamente transmitidas, seja de forma ficcional ou real, o que a torna uma entidade, há uma personificação desses atos. No mais, cria uma linguagem própria¹⁶, através da sociabilidade e de formas de interações. Uma nova ordem é instituída, mesmo não sendo legítima, mas de forma simbólica. De acordo com ROCHA, “a violência pela violência dispensa relatos legitimadores a ela exteriores. Ela é sua própria justificativa, fala por si, passa a ser um fim em si mesma, explica-se em seu acontecer fenomênico e endógeno”.(1999, p. 89).

A evitação é uma das formas de defender-se da violência. A retração e a busca por espaços auto-segregados são formas contemporâneas de driblar o medo e sentir-se seguro. Daí a busca por espaços altamente vigiados, tais como os

¹⁵ MACHADO DA SILVA, L.A. **Violência e sociabilidade**: tendências da atual conjuntura urbana no Brasil. In: RIBEIRO, L.C.Q. e SANTOS JÚNIOR, O. A. (orgs). Globalização, fragmentação e reforma urbana: o futuro das cidades brasileiras na crise. Rio de Janeiro. Civilização brasileira, 1994, p. 147-168.

¹⁶ A noção de “linguagem da violência” reúne ou contempla algumas das dimensões da violência como ato social, quais sejam, a violência como agregador comum - reunindo circunstancialmente indivíduos e grupos que, em sua prática, vêem nela fator decisivo e partilhado de coesão, união e ação grupal -, a violência fundante – base originária da constituição da ação e da interação social -; e a violência como vetor estruturante - que define e conduz a conformação e a característica interna de práticas, hábitos, percepções e interações. (Rocha, 1999, p. 92).

condomínios, shopping centers e edifícios empresariais. De forma a assemelhar-se a uma prisão.

Nos dias de hoje, os muros construídos cruzam a própria cidade, em todas as direções, estando presentes nos *shopping centers* e condomínios, que criam toda sorte de mecanismos para protegerem-se dos possíveis “inimigos”, não raras vezes associados aos segmentos pobres. Verifica-se, destarte, uma tendência ao aprisionamento, ao controle social e à vigilância, cuja melhor tradução seria, para SOJA (1994: 165), a expressão “*cidade carcerária*”, utilizada por FOUCAULT, que designa o lugar onde a “*polícia substitui a polis*”. (Maia, 2002, p. 177-178).

Percebe-se, também, alteração na forma de sociabilidade da população. As pessoas perderam a capacidade de reconhecer o outro como igual, ao contrário, há uma ruptura nas relações de solidariedade. A diferenciação é baseada entre classes sociais, ou seja, o rico tem medo do pobre que é visto como um potencial agressor e o rico se reconhece como uma possível vítima.

Outro reflexo do medo na sociedade é expresso pelo individualismo exacerbado da população. Essa atitude obedece à dinâmica social do modelo político e econômico instituído, já que a população não se mobiliza para lutar por um mesmo interesse, ou seja, o enfrentamento coletivo (e definitivo) da violência. É notório o processo de fragmentação do tecido sócio político-espacial, marcado pelo afastamento e a divisão simplista da população, cada um busca uma forma de defender-se individualmente, retirando a questão da violência do âmbito da segurança pública e considerando-a como um problema privado.

Nesse contexto de medo e insegurança, temos como um dos maiores impactos, a negação/ esvaziamento da vida pública. Ao serem criados espaços segregados, diminui a circulação de pessoas nos locais públicos da cidade. As lojas de ruas; praças públicas e os cinemas são muitas vezes levados para os shoppings. Nesse sentido, as ruas perdem sua importância enquanto lugar de sociabilidade e de interação entre os diferentes.

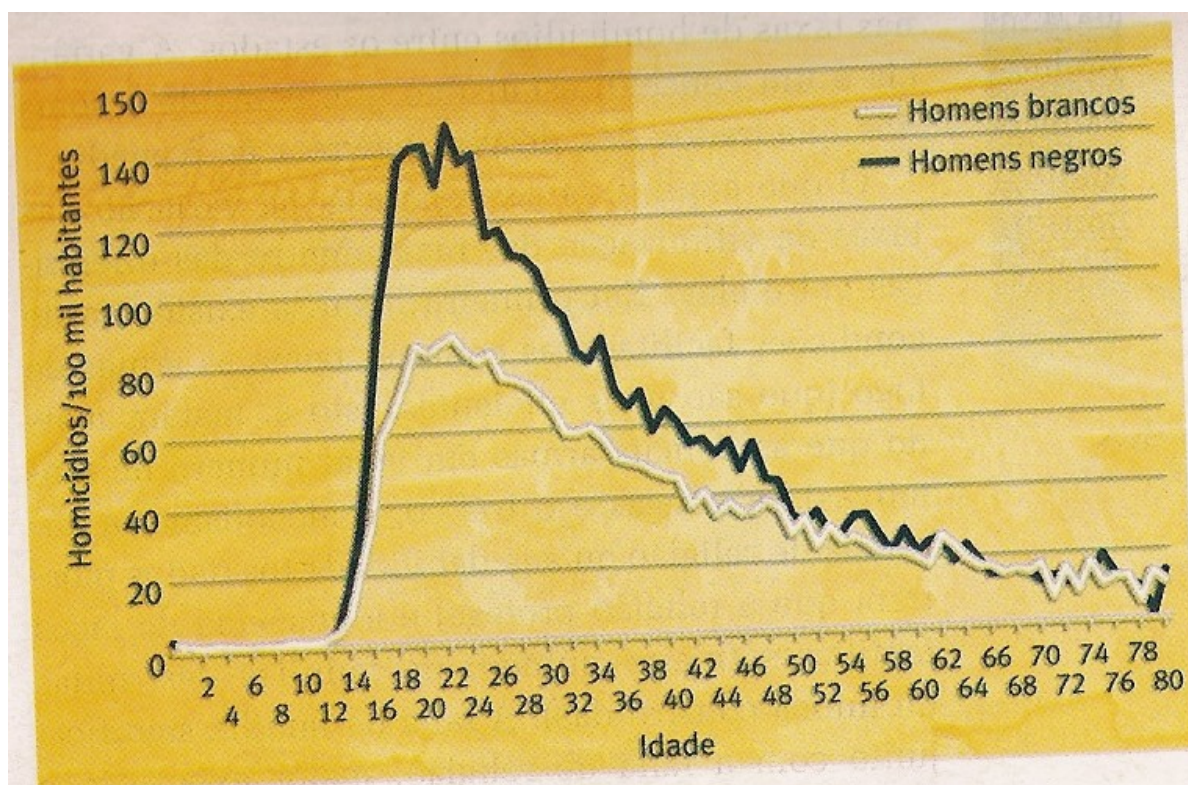
Bairros projetados para os segmentos ricos têm sua estrutura pensada para as pessoas circularem de carros, há distâncias entre o comércio e as residências, tornando-se impossível circular a pé. Um bom exemplo é o bairro da Barra da Tijuca, no Rio de Janeiro. Segundo CALDEIRA, “(...) O espaço público expressa a nova intolerância. As convenções modernistas de projeto usadas pelos enclaves ajudam a assegurar que diferentes mundos sociais se encontrem o mínimo possível no espaço da cidade, ou seja, que pertençam a espaços diferentes” (2000: 313).

A vida urbana é experimentada de forma diferente pelas distintas classes sociais. As ruas dos bairros populares são muito mais movimentadas do que a dos bairros ricos, nos quais os moradores se locomovem prioritariamente de carro. E quando diferentes segmentos da população se encontram nos locais públicos, reforçam as desigualdades e as formas de exclusão.

(...)No entanto, cidades segregadas por muros e enclaves alimentam o sentimento de que grupos diferentes pertencem a universos separados e têm reivindicações irreconciliáveis. Cidades de muros não fortalecem a cidadania, mas contribuem para sua corrosão. Além disso, esse efeito não depende diretamente nem do tipo de regime político nem das intenções daqueles no poder, já que o desenho dos enclaves e muros traz em si mesmo uma certa lógica social. (Caldeira, 2000, p. 340).

Os espaços públicos, abertos para o encontro e muitas vezes palco de lutas e movimentos sociais, é substituído pelos enclaves fortificados. A diferenciação e o enaltecimento do privado em relação ao público, provoca um esvaziamento do poder de mobilização da população, reforçando o individualismo e segregação social, não só na cidade do Rio de Janeiro, mas em todo o país.

Ao falar de insegurança, remete-se prioritariamente aos segmentos ricos da população. Porém, ao pensar em violência e vitimização, os segmentos pobres são os que mais sofrem com essas ações, já que constantemente são vítimas da violência. As estatísticas comprovam que homens pobres e negros são os maiores números das estatísticas de homicídios na cidade e no país.



De acordo com a análise feita pela revista sobre o gráfico, *“As taxas de homicídios de homens por 100 mil habitantes (Brasil, 2000), considerando a raça e a idade, revelam que adolescentes e adultos jovens – em especial os negros (grupo que inclui pardos e pretos) – são as principais vítimas”*. (2004, p. 29).

O gráfico retirado da Revista Ciência Hoje, comprova tais dados. Segundo a revista,

(...) vemos que as diferenças entre as raças são claras, que em cada raça os adolescentes e jovens adultos têm taxas mais altas, e que a diferença entre as raças atinge o ponto mais alto entre adolescentes e adultos jovens. Elas começam a crescer aos 14/ 15 anos, atingem o ápice entre 19 e 25 anos, e são pequenas após os 50 anos. Há uma combinação perversa entre raça e idade que maximiza a vitimização de jovens negros. (2004, p. 29).

Dessa forma, a associação entre jovens negros e pobres os tornam mais vulneráveis a ações de violência e discriminação na sociedade. Reforçando o senso comum de que a criminalidade é “inerente” aos negros e pobres, constantemente alvos de revista dos agentes de segurança.

CAPÍTULO III

A VIOLÊNCIA E A SEGREGAÇÃO SÓCIO-ESPACIAL SOB A ÓTICA DO SERVIÇO SOCIAL

A violência urbana assumiu grande visibilidade na sociedade contemporânea. Contudo, entre os assistentes sociais ainda têm sido poucos aqueles que se propõem a discutir tal temática. No que tange à segregação sócio-espacial, o que vemos são produções centradas na questão da habitação, nos processos de urbanização e no protagonismo dos segmentos populares, sem que se faça uma discussão sobre outros elementos fundamentais para a elucidação de tal problemática.

No que tange à questão habitacional, a atuação profissional do Serviço Social remonta já aos primórdios da profissão. Sua prática buscava o disciplinamento da vida do operário em sua própria moradia, controlando as ações de suas famílias, definindo os padrões de moralidade a ser seguido. Ao descrever os campos de ação dos primeiros Assistentes Sociais no âmbito da moradia, Iamamoto aborda como eles se referiam.

As condições de moradia do proletariado são analisadas através de diversos inquéritos. A promiscuidade e a precariedade de condições sanitárias com as quais convive a família operaria são registradas estatisticamente, assim como suas conseqüências morais são levantadas: “A má habitação colabora para a existência de muitos problemas, como a delinquência, a corrupção dos costumes, etc.” Inquérito realizado pelo Departamento de Assistência Social de São Paulo em cortiços de bairros operários chega à conclusão sobre a existência de problemas de desajustamento de ordem moral em 1 para cada 2,7 de seus habitantes. (2004, p. 206).

Em relação ao processo de industrialização e a urbanização no país, não foram capazes de fazer com que grande parcela da população fosse inserida no

mercado de trabalho, o que inviabilizou o acesso às outras políticas sociais, já que o sistema de proteção se dava via trabalho. Portanto, os segmentos pobres foram excluídos dos benefícios, que muitos acreditavam que a vida na cidade poderia propiciar.

O Serviço Social passou por diferentes formas de atuação sobre as expressões da questão urbana, na medida em que a profissão se modificava e criava novas formas de se posicionar em relação ao seu enfrentamento. Porém, tais alterações devem ser pensadas e analisadas a partir de determinados momentos históricos em que a sociedade se encontrava.

O Serviço Social, em sua formação, era intimamente vinculado à Igreja Católica, o que lhe dava características de cunho conservador e moralista. Portanto, ao trabalhar em áreas de habitações precárias, como as favelas, o Assistente Social tinha em sua prática, segundo Gomes, uma ação “caracterizada pela tutela exercida através da viabilização de serviços concretos e da ação educativa na perspectiva de enquadramento disciplinador”. (2001, p. 1).

Neste sentido, a ação do Assistente Social era meramente reguladora, e a reprodução da ordem vigente dificultava o acesso dos usuários à cidadania plena. As ações focalizadas criavam uma maior dependência dessas pessoas, sendo elas, na maioria das vezes, culpabilizadas pela sua condição de assistidas, vendo-se impossibilitadas de gerir suas necessidades básicas.

O Assistente Social vai atuar, nessa época, particularmente no controle e no disciplinamento dessa população. Os fios da identidade da sua intervenção, nesse cenário, são tecidos na divisão sócio-técnica do trabalho coletivo, cabendo-lhe desenvolver atividades relacionadas à prestação de serviços e à ação educativa (político-ideológica). Nessas práticas, um singular universo ideocultural referenciava o desempenho do profissional. Aqui, a dimensão educativa visava ao enquadramento disciplinador e coercitivo destinado a moldar (formas de vida, valores, hábitos e padrões de relacionamento) o usuário em sua inserção institucional e na vida social. Nas intervenções realizadas pelo serviço social, o trabalho educativo nas favelas, por exemplo, partia do princípio de que as populações pobres urbanas utilizavam os recursos da moradia de forma inapropriada. Tal concepção se fundamentava no movimento higienista, ao mesmo tempo em que justificava a manutenção de certas populações à margem da cidade. Assim, os moradores de favelas eram considerados inadaptados, incapazes, dependentes, exigindo, portanto, uma ação social que corrigisse tais distorções. (GOMES, 2007, p. 136-137).

O aprofundamento das desigualdades, a partir do desenvolvimento capitalista e o aumento da dependência econômica dos países periféricos, levaram os segmentos pobres a estarem cada vez mais distantes dos serviços disponíveis na

cidade, à medida em que eram empurrados para as áreas periféricas, locais em que os serviços públicos eram precários e o acesso a bens e serviços dificultados pela baixa infra-estrutura.

O Serviço Social era considerado uma profissão de caráter prático, sendo renegado embasamentos teóricos, já que as primeiras profissionais tinham sua prática profissional pautada na moralização. Os problemas sociais eram considerados como desvios e anomalias.

O Serviço Social no Brasil surge na década de 30 num momento histórico marcado pelo processo de industrialização. Em sua origem o Serviço Social brasileiro teve forte influência do modelo norte-americano.

Foi principalmente nesse seu novo campo de intervenção profissional – a organização de comunidade – que o Serviço Social americano abriu possibilidades de realização do programa de intercâmbio cultural com o Brasil, recebendo assistentes sociais para treinamento, a partir do final da década de 40, tanto nos Estados Unidos como em seus programas em andamento na América Latina. Através de tal intercâmbio instalava-se um canal que lhe permitia repassar a ideologia subjacente na metodologia de seus programas, além de facilitar o tráfico de influência em relação à profissão, que contava com pouco mais de um decênio de existência no Brasil. (MARTINELLI, 2003, p. 133).

Em 1936, foi criada a primeira Escola de Serviço Social, porém, o caráter doutrinário se fazia presente, com a perspectiva de reeducar a população que não estivesse enquadrado nos valores morais reconhecidos pelas elites. Nesse sentido, o Assistente Social deveria estar apto a lidar com essas questões morais, sendo capaz de reajustar os segmentos pobres.

Em 1965, foi realizado o I Seminário Regional Latino-Americano de Serviço Social em Porto Alegre, onde o Serviço Social passa a repensar sua prática e suas influências teóricas. Este é considerado por alguns autores como marco do Movimento de Reconceituação, o que possibilitou o início de processo de renovação do serviço social, conforme analisa Gomes,

O movimento de renovação do Brasil, conforme observa Netto (1994) compreende três direções: a modernizadora, a de reatualização do conservadorismo e a de intenção de ruptura. Embora muitos trabalhos tenham sido realizados na perspectiva modernizadora no contexto do Regime Militar é a perspectiva de intenção de ruptura que vai gradativamente se colocando como hegemônica. No movimento de reconceituação na América Latina, bem como no primeiro momento relativo a renovação do Serviço Social na perspectiva de ruptura, o Serviço Social contesta a inserção institucional como um espaço para uma prática transformadora, buscando práticas alternativas em comunidades. No segundo momento do processo de renovação o assistente social vai se inserir nesse processo como mediador, obtendo legitimidade no conjunto de mecanismos reguladores no âmbito das políticas sócio-assistenciais,

desenvolvendo atividades e cumprindo objetivos que lhes são atribuídos socialmente e que ultrapassam sua vontade e intencionalidade.

O Serviço Social, passa a assumir um caráter mais propositivo, ainda que dentro da profissão existam características conservadoras. A associação aos movimentos sociais e o engajamento em reivindicações por melhores condições em relação ao acesso aos serviços de educação; trabalho e renda e saúde, entre outros, começou a ter maior visibilidade na sociedade.

Nos últimos anos da década de 1950 e início da seguinte podem ser localizadas as primeiras manifestações públicas, de que se tem conhecimento, no interior do “campo social” que se posicionam contra a manutenção do *status quo*. Essas posições diferenciadas, no Serviço Social, florescem especialmente entre profissionais vinculados a trabalhos de Desenvolvimento de Comunidade, que se lançam na busca de alternativas à proposta oficial, veiculada através de organismos internacionais, na tentativa de adequação de diretrizes e métodos de atuação comunitária às peculiaridades da conjuntura nacional. (...) Uma vez firmado o fato de que neste período começam a se formar no meio profissional de Assistentes Sociais correntes de pensamento que contestam, em diversos níveis, as práticas institucionais vigentes, é forçoso dar-lhes sua verdadeira dimensão, vendo nelas tendências apenas marginais cujo crescimento foi truncado com o golpe de 1964. Porém, sua presença expressa um dado novo de significativa importância para o desenvolvimento posterior da profissão, na linha de busca de novas bases de legitimidade de seu exercício junto àqueles setores que são alvo da intervenção técnica. (IAMAMOTO, 2004, p. 360-361).

No período marcado pela vigência da ditadura militar, o Serviço Social passou por modificações, tanto nas suas demandas quanto na sua inserção nas instituições. O aumento da produção teórica e as novas vertentes que passaram a influenciar a prática profissional geraram um redimensionamento da profissão.

É elemento constitutivo da renovação do Serviço Social a emergência, notadamente a partir de meados da década de setenta, de elaborações teóricas referidas à profissão e de um significativo debate teórico-metodológico. Este elemento está diretamente vinculado à inserção profissional no circuito universitário: a pesquisa e a investigação que subjazem àquele debate seriam impensáveis sem as condições próprias do trabalho acadêmico. Mesmo que aquela inserção tenha se realizado no âmbito de uma universidade domesticada, suas resultantes conformaram espaços de reflexão que foram ocupados e utilizados para gerar uma massa crítica (cuja qualidade e pertinência não podem deixar de ser problematizadas) que forneceu o patamar para o erguimento de estritas preocupações intelectuais para os Assistentes Sociais: pela primeira vez, institucionalmente, criavam-se condições para o surgimento de um padrão acadêmico (ainda que possível na Universidade da ditadura) para exercitar a elaboração profissional, constituindo-se vanguardas sem o compromisso imediato com tarefas pragmáticas. (Netto, 2004, p. 129).

O Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais, realizado em 1979, ficou conhecido como o congresso da virada. Tal congresso foi um marco para a

mudança de perspectiva da profissão, representou a intenção de ruptura com o viés conservador presente na profissão.

A interlocução do Serviço Social com a teoria social Marx influenciou a produção teórica da profissão. A pós-graduação coloca-se como um espaço para a interlocução do saber, assim como a pesquisa e os avanços na produção de uma literatura própria da profissão, tendo como exemplo o livro de Yamamoto e Carvalho, “Relações sociais e serviço social no Brasil”, produzido em 1982 e tornando-se referência para a categoria.

O Código de Ética profissional, reformulado em 1986, também foi importante para a profissão, reforçando o compromisso com os movimentos sociais e com a classe trabalhadora e em 1993 foi elaborado o código que está em vigência até os dias atuais, rompendo com o tradicionalismo da profissão e cria um grande relevo em relação ao debate da ética no Serviço Social. O Projeto Ético-político da profissão é pautado na luta por uma sociedade mais justa e democrática.

Na década de oitenta, o Serviço Social tem imbricado em sua vertente a luta pela democratização do Estado e pela conquista de direitos sociais junto à sociedade civil. A Constituição de 88 contribuiu para a prática do Serviço Social, ampliando e legitimando as áreas de atuação da profissão junto às classes populares.

Em âmbito nacional, a partir dos anos de 1970, iniciou-se uma mobilização articulando os diferentes movimentos sociais, cujas lutas ocorreram na esfera do espaço urbano. Nesse período de redemocratização, o Movimento Nacional pela Reforma Urbana (MNRU) consolidou-se. Ao longo do movimento instituinte que antecedeu a Constituição de 1988 – tendo em vista a formalização de um conjunto de proposições, através de novos sujeitos políticos, colocaram-se em pauta tanto a questão da habitação como a questão da assistência na agenda política do Brasil. Nesse mesmo contexto, foram reconhecidos os direitos à habitação e à assistência social. (Gomes, 2007, p. 142-143).

Porém, mesmo com os avanços no campo social e político no país e na profissão, dentro da produção teórica do Serviço Social, não há uma discussão centrada na questão da violência e sua repercussão na sociedade. A mesma interfere cotidianamente na vida da população, sobretudo dos segmentos espoliados, que vivem em espaços, tais como a favela, onde a atuação da polícia e do tráfico de drogas são destinadas a eles de forma coercitiva. Dessa forma, são poucas as discussões dos Assistentes sociais em relação à possibilidade de acesso a políticas públicas de segurança para esse segmento da população.

Os segmentos populares também buscam formas de se defenderem da violência, seja fechando as ruas em que moram, ou mesmo ficando sujeitos a segurança privada sem preparo. Paradoxo presente em muitas destas alternativas – como, por exemplo, à “adesão”/submissão às milícias urbanas. Por isso, é necessário um debate de como a violência urbana e a segregação têm influenciado na forma de sociabilidade da população, alterando cotidiano dos segmentos populares e modificando a utilização dos espaços públicos. A rua perde o sentido de lócus de sociabilidade que antes detinha.

Falar em segregação e da violência urbana na cidade, desvinculada de todas as políticas necessárias à manutenção da vida; da civilidade; da sociabilidade significa pensar de forma pontual e fragmentada. Segundo Gomes et al.,

o crescimento da violência urbana, e em particular aquela encontrada nas favelas onde o narcotráfico está presente, é decorrente do não enfrentamento da pobreza através de uma política econômica que contemple a distribuição de renda e adoção de políticas sociais estruturantes: incentivo ao trabalho, promoção de saneamento e de saúde pública, educação intensiva e extensiva. (2006, p. 93).

O serviço social, desde sua origem, intervém prioritariamente em áreas urbanas, portanto, o debate sobre tais questões se faz necessário, criando subsídios para o atendimento às demandas dos cidadãos, apresentadas no cotidiano do Assistente Social. Daí a necessidade de um olhar crítico e investigativo sobre essas problemáticas:

O Serviço Social como disciplina científica, que também é, pauta-se por essa orientação, isto é, também adota questões para investigação. Por isso, as questões integrantes de sua agenda de estudos, pesquisas e projetos de intervenção, nem sempre são questões sociais de fato. Podem ser questões, problematizadas a partir de evidências captadas de um amplo espectro de fatos, processos, relações sociais reais (e não constructos), que requerem compreensão e intervenção, como por exemplo: pobreza absoluta, desemprego estrutural, violência urbana, etc. estes fatos, como sabemos, mesmo estando freqüentemente sob o foco da mídia e recebendo por parte dos governos e de setores da sociedade vários tipos de atenção, são, no mais das vezes, crônicos problemas sociais que, apesar de produzirem e reproduzirem efeitos deletérios, nunca se transformaram em uma questão de caráter social que obrigasse os poderes públicos a tomar medidas decisivas para o seu mais eficaz equacionamento. Constituem, portanto, questões não explicitadas, que se perpetuam como tais, inclusive graças ao tratamento paliativo que recebem. (PEREIRA, 2001: 59).

3.1 A PERCEPÇÃO DOS ALUNOS DA ESCOLA DE SERVIÇO SOCIAL DA UFRJ EM RELAÇÃO À TEMÁTICA

Os currículos dos cursos de serviço social, em linhas gerais, não contribuem para o aprofundamento dessas discussões, apresentando-as, quando muito, de maneira pontual e, o que é pior, no contexto de disciplinas eletivas que, enquanto tal, deixam de fazer parte da formação de um contingente significativo do alunado.

Foi feita análise do currículo a ser cumprido pelos alunos da Escola de Serviço Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro, a fim de verificar a presença dessa temática na grade curricular e foi observado que somente nas disciplinas optativas (escolha condicionada) que esses temas são lecionados, ou seja, não é obrigatório na formação do estudante de Serviço Social.

Percebe-se que ao longo do curso existem disciplinas obrigatórias que falam de violência e segregação, porém isto, muitas vezes ocorre de forma superficial, o que pode reproduzir uma visão pautada no senso comum.

Ter a abordagem dessa temática na formação dos Assistentes Sociais é de suma importância, já que os usuários do Serviço Social, na maioria das vezes advêm dos segmentos pobres da sociedade e estes são as maiores vítimas de ações violentas, bem como são submetidos a processos de segregação no contexto citadino.

A pouca ênfase em relação a estas temáticas também fica visível quando observamos a produção dos alunos, sobretudo aqueles envolvidos nos núcleos de pesquisa, representada nos trabalhos apresentados nas Jornadas de Iniciação Científica da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Dentre os 603 trabalhos produzidos pela escola de serviço social ao longo do período de 1999 à 2006, somente 20 trabalhos dedicaram-se a tais questões, sendo 18 desses trabalhos abordando a violência urbana e 6 abordando explicitamente a questão da segregação.

Visando analisar a forma como os alunos da escola encaram tais problemáticas, foi realizado um grupo focal com alunos da disciplina de Núcleo Temático – Cidade em tempos de globalização: Segregação e busca de identidade ministrada pela professora Rosemere Maia. A turma possuía alunos de diferentes períodos, o que possibilitaria uma maior diversidade em relação à discussão do tema. Foram feitos três encontros.

No primeiro encontro foram aplicados questionário com 10 alunos. O roteiro semi-estruturado possuía quinze questões referentes à temática da violência, abordando o que eles consideram: violência urbana; em quais locais da cidade se

sentem seguros e inseguros; quais os segmentos que consideram mais vulneráveis a sofrer tais ações; se já foi vítima de violência; se a violência interfere no cotidiano; quais ações poderiam ser empreendidas para reduzir a violência e como avalia a ação da polícia em relação ao combate a violência.

No segundo encontro foram elaborados mapas mentais. Os mapas mentais são diagramas que podem conter desenhos e palavras que são construídos para explicitar determinados assuntos, onde pode ser expresso um grande número de informações, representando de forma sintética o que acha mais importante sobre o tema. Dessa forma, os mapas mentais foram utilizados buscando apreender, de forma mais ilustrativa, a noção de violência detida pelos alunos.

Já no terceiro encontro, foi exibido o documentário “*Até Quando?*” Produzido pelo Observatório de Favelas em parceria com a UNICEF, a TVE Brasil e o Canal Futura. O mesmo foi um instrumental utilizado visando provocar o debate sobre a temática da violência e da segregação entre os alunos. O documentário retrata a violência urbana nas cidades do Rio de Janeiro e de Recife, colhendo depoimentos de moradores de favelas; de representantes do poder público; de intelectuais e de pessoas que de alguma forma foram vítimas da violência.

A escolha do documentário como instrumental se deu pelo o que ele se propõe. Pelo seu caráter não-ficcional, ele tem como propósito retratar determinado assunto, muitas vezes tendo um cunho de denúncia ou de esclarecimento. ROCHA afirma, de acordo com o diretor de documentários Grierson, que este tipo de produção cinematográfica:

Tem um potencial educacional sobre as “massas”, podendo ser utilizado para superar problemas econômicos, sociais ou políticos através da conscientização das pessoas a respeito de suas responsabilidades como cidadãos. Portanto, a superação do gênero documentário em relação aos demais filmes, segundo Grierson, baseia-se na construção de significados e interpretações acerca da realidade concreta, o que é passível de ser atingido a partir dos princípios básicos do documentarismo: a obrigatoriedade de se fazer um registro *in loco* da vida de pessoas e dos acontecimentos; de apresentar os temas a partir de um determinado ponto de vista; e de tratar criativamente o material recolhido *in loco*. (2003, p. 26).

Porém, o documentário tem, em sua forma, o ponto de vista do autor e, portanto, não pode ser pensado como neutro. É preciso optar por um viés a ser abordado. Dessa forma, NODARI (2006) elucida que,

É compreensível que a partir do termo *documentário* se busque o valor de *documento*. Entretanto, o cinema documentário tenta desvencilhar-se da concepção de ser compreendido como “espelho da realidade” e adota algumas argumentações para discutir o fato de não querer ser

compreendido como o real registro da verdade. (...) Como afirma Grierson, citado por Da-Rin (2004), o documentário é o “tratamento criativo da realidade” e este tratamento nada mais é do que o ponto de vista do diretor e tende a ser carregado de sentimentos, opções, escolhas. (2006, p. 73-74).

Através das respostas obtidas nas entrevistas e das falas dos alunos durante o debate do documentário, farei uma análise tentando apreender quais foram os discursos presentes entre o grupo de alunos.

Ao analisar as respostas dadas pelos alunos percebemos diferentes compreensões sobre a violência na cidade. Os pontos de vista têm a ver com a sua origem de classe; os lugares que freqüentam; com a participação em movimentos sociais e estudantis e ainda, a influência da igreja e da família.

Há, também, quem diga que não sabe como se posicionar em relação à discussão da temática, já que a cada discussão sobre este assunto, dependendo dos argumentos, constrói e desconstrói a opinião que achava ter formado.

3.2 A VISÃO ACERCA DA VIOLÊNCIA E DA SEGREGAÇÃO SÓCIO-ESPACIAL

A percepção dos alunos em relação à violência urbana e seus determinantes toma como referência a desigualdade social e a pobreza, associada à falta de acesso aos direitos e o desemprego.

“É a violência que ocorre dentro do âmbito das cidades e que por sua vez decorre da desigualdade social que é tão latente no atual sistema em que vivemos, e um exemplo muito forte disso é a segregação que aparece como uma consequência deste processo”.

“Entendo [violência urbana] por situações que fogem dos padrões estabelecidos socialmente para a convivência social e que se expressam em diversas formas: violência intrafamiliar, tráfico de drogas, roubos, furtos, homicídios, agressões físicas, sexual ou moral, violência policial e midiática (imposição de valores) mesmo não recebidos passivamente”.

“A falta e/ ou dificuldade de acesso aos direitos básicos: saúde, educação, lazer, cultura, trabalho, habitação”.

Considerando esses aspectos, a autora PERES elucida que,

A estrutura política e os sistemas econômico e social aumentam a vulnerabilidade dos países à violência. Desigualdade e exclusão sociais, desemprego, regime político e eficácia das instituições governamentais e de segurança pública são alguns dos fatores que, do ponto de vista macroestrutural, favorecem o desenvolvimento de violência. (2002, p. 54).

Eles enfatizam que a violência urbana envolve diferentes formas de violência, seja ela física ou psicológica e que ocorram no âmbito da cidade. Há quem diga que seja a fuga dos padrões estabelecidos socialmente, sendo uma de suas expressões a guerra do tráfico de drogas. Existem críticas feitas ao sistema capitalista, que de acordo com eles, cada vez mais acirra a desigualdade social e gera a violência.

“Essas guerras de facções criminosas, todo tipo de corrupção, assaltos, furto e outros. É a expressão da desordem social resultante da ordem social a que estamos submetidos, o capitalismo”.

“Violência é algo que impede o direito de ir e vir do cidadão. Que atrapalha e regula sua vida cotidiana. Através da violência física e psicológica. Colocando a cidade em estado de guerra civil.”

De acordo com MISSE (2002),

A violência urbana diz respeito a uma multiplicidade de eventos (que nem sempre apontam para o significado mais forte da expressão violência) que parecem vinculados ao modo de vida das grandes metrópoles na modernidade. Esses eventos podem reunir, na mesma denominação geral, motivações muito distintas, desde vandalismos, desordens públicas, motins e saques até ações criminosas individuais de diferentes tipos, inclusive as não-intencionais como as provocadas por negligência ou consumo excessivo de álcool ou outras drogas. Além disso, a expressão violência urbana tenta dar um significado mais sociológico e menos criminal a esses eventos, interligando-os a causas mais complexas e a motivações muito variadas, numa abordagem que preconiza a necessidade de não desvincular esses eventos da complexidade de estilos de vida e situações existentes numa grande metrópole. (p. 1-2).

A análise de Misse acerca da violência urbana amplia o conceito, uma vez que muitos tendem a explicar tal fenômeno como causa única e exclusiva da desigualdade social e da pobreza, o que remete essas ações como uma prática cometida apenas pelos pobres. O que não é confirmado pelos constantes casos de envolvimento de diferentes segmentos da sociedade em atos de violência.

A necessidade de consumo, característica muito arraigada na contemporaneidade, também é citada nessas respostas. A segregação também é recorrente nos discursos dos alunos, sendo frequente a oposição feita entre “asfalto” e “favela” e as ações que são empreendidas nesses locais também são interpretados como causas da violência urbana. Os serviços públicos que não chegam às favelas são alvos de críticas, o único serviço público que vai até lá, com frequência, é a polícia.

“O sistema de segregação que existe nesta sociedade, pois aquele que não tem acesso a bens de consumo tende a ficar à margem da sociedade, o que por sua vez provoca um sentimento de exclusão nestes indivíduos”.

“Desigualdades sociais, aumento do tráfico de drogas, ineficiência das ações estatais, consumismo, exacerbação do individualismo”.

É nesse sentido que RONDELLI fala

Do discurso político-empresarial no qual vai afirmar a necessidade de modernização econômico-social e da adoção de uma política de investimento com modos de criar alternativas de trabalho e de vida e, assim, minimizar a exclusão social e, conseqüentemente, a violência. Esse discurso é orientado pela visão da cidade como lugar de consumo – de atividade comercial, de lazer, de turismo – atendendo aos requisitos do mercado. (2000, p. 158).

Há quem diga que a falta de valores dos indivíduos pode ser um dos determinantes da violência. Tal discurso é encontrado nas falas sobre o aumento da violência que, “legitima discursos oficiais de políticos, da mídia, de chefes religiosos, de ‘personalidades’ diversas, sobre o aumento da violência e da criminalidade como resultado de uma sociedade em decadência moral”. (Teixeira, 1998, p. 56).

“O desemprego, a fome, o pauperismo, a falta de educação e principalmente a imoralidade a qual estamos vivendo, que leva a revolta, gerando violência”.

“Falta de valores que fazem as pessoas matarem e morrerem por tudo e por nada”.

3.3 OS ATORES

3.3.1 O poder Público

A atuação do poder público em relação à violência urbana e a segregação é muito criticada, tanto pela ausência de políticas sociais e serviços destinados aos moradores das áreas pobres da cidade, na favela em especial, quanto pela sua atuação repressiva e ineficaz nessas localidades. Os investimentos em serviços públicos para essa população não conseguem abarcar a sua totalidade, grande parcela não tem acesso à educação, saúde, trabalho, segurança e cultura. A favela, entendida enquanto parte ilegal da cidade, devido à suas habitações irregulares, não recebe os investimentos urbanos que possuem os demais espaços da cidade.

Somado a esses aspectos, os alunos citaram a questão do poder do tráfico, que gera medo em toda a sociedade e que prejudica o funcionamento dos serviços na favela e nas suas proximidades, já que os mesmos são constantemente fechados quando há confronto entre traficantes x polícia ou traficantes x traficantes.

“A violência interfere na vida das pessoas no dia a dia, impedindo das crianças irem pra escola, impedindo que o posto de saúde funcione e que o comercio funcione. Pô, imagina como ta lá? O bombeiro não pode subir na favela, antigamente, meu pai falava que há um ano, dois anos atrás o

bombeiro subia na favela, mas que agora os traficantes não querem mais o carro do bombeiro subindo para apagar fogo. Mas agora o governador proibiu deles entrarem”.

“É a questão do direito a cidade, que está sendo negado. Se é área de risco, tem que ter um plano que tirasse ela de área de risco e o serviço chegasse”.

A polícia, enquanto representante do poder público, tem sua atuação muito criticada, já que é presente nos discursos a ação diferenciada que ela designa aos moradores das favelas e dos moradores de outras áreas da cidade. Ou seja, na favela o morador é visto como conivente ao tráfico de drogas, às vezes não importando se ele é trabalhador e sem nenhum envolvimento com o crime. A ineficácia da atuação desses agentes cria um sentimento de insegurança, uma vez que as incursões nas favelas geram medo e mortes de moradores da localidade sem ser presenciado um resultado concreto do combate à violência. Por isso, são feitas críticas em relação ao abuso policial em relação aos moradores das favelas, que se vêem destituídos de seus direitos e sem saber a quem recorrer nesses casos.

“Repressora e abusiva [a polícia] se tratando do corte de classes, nesse caso, ela atua assim, nos segmentos mais pobres. E atenciosa para casos que advém da classe média”.

“Acho violenta e muito ineficaz, pois não combate a violência, muito pelo contrário, acaba estimulando com práticas repressivas, marcada pela ausência de práticas socioeducativas”.

Em relação a atuação violenta e arbitrária da polícia, os alunos questionaram o processo de formação da polícia, criticando a instituição policial e a reprodução de estigmas que se perpetuam durante diversos períodos da sociedade. PONCIONI explica que,

Sob esse ponto de vista, a perspectiva adotada na formação profissional não leva em conta a importância do “papel social” desempenhado pela polícia no cotidiano de seu trabalho. Tal papel se caracteriza fundamentalmente pelo exercício contínuo da mediação e negociação (via a conciliação ou através da violência, conforme a situação e segmento da população atendido) dos conflitos sociais levados pela população à polícia. (2007, p. 159).

Portanto, é necessário pensar nas práticas que são difundidas dentro da instituição e que se refletem na atuação dos agentes de segurança junto à população- em especial, os segmentos pobres, maiores vítimas da atuação repressiva da polícia.

É possível inferir, pois, que a despeito das inovações ocorridas no país, em direção a uma sociedade mais democrática, depara-se ainda hoje com um padrão de atuação da polícia, que tem se caracterizado num extremo de violência e arbitrariedade dirigido fundamentalmente para o segmento pobre da população que, efetivamente, se constitui nas vítimas preferenciais da ação da polícia.(PONCIONI, 2007, p. 181).

Nesse sentido, os alunos utilizaram as opiniões sobre o documentário para expressar o que eles pensam sobre a atuação da polícia na cidade e como o documentário retratou esta problemática.

(...)Falaram do sistema, inclusive falaram da formação dos policiais e não da formação individual, quando falam de formação falam da instituição, da formação profissional. Tanto que falaram no documentário que eles são preparados para matar.

O filme falou da instituição polícia num processo, desde a época da ditadura, na época de redemocratização e hoje. Mostrou que a sociedade mudou, e polícia continuou a mesma coisa e falou também que quando a polícia vai e tem o papel de proteger, ao invés de combater o crime, ela isola o crime, ou seja, na favela. Então, existe sim um grande preconceito da polícia, instituição policial e favela. Isso se dá por que existe um preconceito institucional e isso vai se repetindo no individual. E acho que o filme é uma denuncia disso, não é só a polícia que quer matar, é uma história, um histórico da instituição, dos valores da instituição.

Eu acho que o que ele falou, a instituição de valores policiais como vê como uma guerra, no sentido de que o cara que quer entrar para a polícia já pensa que vai ter que matar todo mundo ou vai entrar sendo corrupto, então já estão com esses valores, não estão só lá, já estão espalhados.

Houve quem avaliou a atuação da polícia como ruim, porém, tirou a responsabilidade dessas ações do policial e culpabilizou o sistema, a instituição e a formação destinada a esses profissionais, colocando-os como vítimas de um esquema.

Ruim [atuação da polícia], não por culpa do policial como ser humano e sim pela falta de preparo e apoio continuo que os profissionais necessitam.

Eles são falhos em alguns pontos, e em outros agem conforme a sociedade quer. No geral, eles são envolvidos e amam o que fazem, apesar de a maioria não saberem que fazem parte de um grande esquema, tanto de abafamento pela mídia, quanto o fato de serem o lado mais fraco da corda que puxa.

É ineficiente, mas a culpa não é dela, já que é um produto do sistema que explora e reprime.

3.3.2 A população

A interferência da violência na vida da população carioca cresceu a partir dos anos 80, modificando as relações inter-pessoais e cotidianas. A “cultura do medo” e o medo de tornar-se um alvo de ações violentas, criam novas formas de sociabilidade e de enfrentamento desta problemática.

Dessa forma, muitos acreditam que os segmentos abastados da sociedade são os mais passíveis de serem vítimas da violência, assim como há quem diga que qualquer segmento social pode ser vítima, sem distinção.

A meu ver, tanto os ricos quanto os pobres estão sujeitos a violência.

Os moradores de comunidade e os da área mais abastada da sociedade do Rio de Janeiro, Zona Sul e Barra da Tijuca.

Turistas, terceira idade, crianças, classe média e trabalhadores de forma decrescente.

Porém, ao pensar a violência urbana em seu sentido mais amplo e os locais onde ela mais ocorre, os segmentos pobres da população são alvos de ações violentas que podem ser provenientes tanto dos traficantes quanto dos agentes de segurança pública. Muitas vezes, submetidos a leis tirânicas, vêem-se privados do direito de ir e vir. Segundo Velho,

A incapacidade específica do poder público em gerir e atender às necessidades básicas de uma população pobre, em acelerado crescimento, acentua mais ainda este quadro, agravado pela evidente convivência da polícia com a criminalidade. Cada vez mais denuncia-se a participação de policiais em todos os tipos de crimes. A população de baixa renda torna-se vítima, portanto, da ação de vários tipos de banditismo. (1996, p. 19).

Para outros alunos, os segmentos mais sujeitos a violência são:

Os segmentos menos favorecidos, devido principalmente ao preconceito.

Moradores de espaços populares e moradores de bairros da Zona Norte.

Aqueles que não tem acesso a direitos, que são considerados por muitos como excluídos, esses para mim estão sujeitos a todo tipo de violência.

As classes baixas, como trabalhadores, moradores de favela, os detentos e ex-detentos, pessoas em situação de rua, negros pobres ou ricos, nordestinos.

A violência, ao tomar grande visibilidade na sociedade, exacerbou o individualismo e o aumento de espaços segregados. Nesse sentido, todos os segmentos buscaram formas de defender-se da violência, “moradores de todos os grupos sociais argumentam que constroem muros e mudam hábitos a fim de se

proteger do crime” (CALDEIRA, 2000, p. 301). O medo do outro e a evitação são frutos desse clima de insegurança que paira na cidade, o que para os alunos também são formas de proteção contra essas ações. Eles são unânimes quando questionados se a violência interfere em seu cotidiano. E essa interferência se dá no cotidiano das pessoas, ao evitar lugares/ trajetos ditos perigosos e, ainda, a insegurança ao andar nas ruas. Freire Costa¹⁷, citado por Rocha (1999), analisa a questão da violência e sua interferência na vida das pessoas. Para o autor, “na banalização dos delitos e na amplificação dos riscos, floresce o medo social, “o pânico com características fóbicas”, capaz, por seu turno, de dar à palavra violência o status de ‘entidade’”.

Me preocupo para onde vou, quem está ao redor de mim, e o horário que estou fora e longe de casa.

Evitando alguns lugares e trajetos, não utilizando objetos como celular sem prestar atenção no que ocorre em volta e ficando atento ao movimento/ ambiente, para verificar se há algo de errado.

Impedimentos para realizar algumas atividades de trabalho, lazer. As pessoas não confiam mais uma nas outras. Medo de consumir determinados bens e ser roubado.

A violência causa uma sensação de medo e de impotência, pois embora não há o que fazer, você sempre estará exposto a ela, pelo menos enquanto ainda não houver uma mudança efetiva no quadro atual.

Muitas vezes deixo de fazer certas coisas, por exemplo: evito sair à noite e evito ir ao banco sozinha.

A diferenciação da população entre moradores da favela e dos moradores da cidade formal é revestida de preconceitos. Alguns alunos criticam tais pontos de vista, enquanto outros reforçam essa discriminação em relação aos segmentos pobres, moradores de favelas. A diferenciação pode ser percebida nas falas.

Eu fui fazer um trabalho da faculdade em uma comunidade e como eu fazia estágio na delegacia próxima da área, aí vai que eles pensam que estou ali pra investigar alguma coisa... Fomos 4 daqui (Escola de Serviço Social). Eu fui com uma blusa escrita com nome serviço social/ UFRJ e falei com as meninas, não vamos com roupa de marca para eles não acharem que é uma afronta. Por que justamente por eu saber quais são os signos das pessoas dali, ninguém chegou perto da gente, mas deu pra perceber que quando a gente passou todo mundo comentou, mas como a gente estava com o pessoal do CRMN, tudo bem. Do mesmo jeito quando entra um ser e fica parado na porta da delegacia, várias vezes eu já peguei o telefone e

¹⁷ FREIRE COSTA, J. O medo social. **Veja 25 anos**: reflexões para o futuro. São Paulo, Abril, 1993, p. 83-89.

falei gente, tem um ser aqui na frente que ta andando pra um lado e pro outro e eu não sei se está esperando alguém. Então é assim, a mesma coisa, é o estranho ali da área, aí fico com medo.

Sabia que você sofre um preconceito também por não ser igual a eles (Favelados), o preconceito vem de todos os lados, não é só da gente que ta aqui. Mas se a gente sair daqui e for pra lá, assim, com a mochila da Redley, com meu tênis básico de anos é de marca, eles vão ficar olhando. Meu gosto é diferente do gosto deles. É tudo diferente.

Não sei se vocês lembram da mãe da Alana, aquela menina que morreu no Morro dos Macacos, e que depois o tio dela morreu, no jornal tinha uma folha toda com a entrevista só dela. Ela tava falando que nessas manifestações pelo fim da violência, geralmente ela é colocada atrás das outras mães famosas e por que? Por que será? Por que ela é negra, mora em comunidade carente, não que a dor dela seja diferente, por isso deveria haver uma igualdade. E a gente vê que não tem, quando tem manifestação é sempre a mãe da Gabriela, do João Hélio, agora quando morre na favela todo mundo já ta acostumado, ou provavelmente era bandido, ou envolvido, qualquer coisa assim, acham normal. Então eu acho que foi uma forma de mostrar o outro lado da situação (O Documentário).

3.3.3 Os traficantes

No Rio de Janeiro, o tráfico de drogas tem grande impacto, sendo recorrente a alusão a ele quando o tema é violência urbana. A prática dos traficantes de drogas nas favelas gera medo não só nos moradores das comunidades, assim como em toda a população. A favela, considerada como “área de risco”, é evitada por quem pode passar por longe dela, criando maiores estigmas sobre o local e seus moradores.

A motivação para a entrada de jovens para o tráfico de drogas é tema de discussões entre diversos setores da população. Dentre as motivações citadas estão: a necessidade devido à falta de acesso a bens materiais; a busca de poder; a virilidade e a diferenciação; entre outros, são algumas das justificativas. Para VELHO,

(...) é importante perceber que existe uma efetiva adesão de parte desses jovens pobres à transgressão, sustentada na crença de que os riscos nela envolvidos são compensados por gratificações sociais que nem se colocavam para a geração de seus pais, pois estes ocupavam posição subalterna no mundo hierarquizado. O acesso à droga e à arma é a base desse estilo de vida, que torna possível usufruir uma pauta de bens de consumo e um prestígio que facilita, entre outras coisas, o sucesso junto às mulheres e o temor entre os homens. (1996, p. 19-20).

No documentário “Até Quando?”, uma funcionária pública, moradora de uma favela, teve o seu filho morto por bala perdida e ela fala em seu depoimento que

“quem tiver que ser mau vai ser mau e quem tiver que ser bom vai ser bom, é só deixar crescer junto e depois separar”. A partir dessa fala perguntei aos alunos o que eles consideravam, se concordavam ou não.

Dentre as respostas, é recorrente a associação ao dinheiro, a diferenciação entre ser jovem pobre e rico. Nas falas percebemos que o fato de ser pobre é uma justificativa e até pode ser aceitável devido à falta de acesso a bens e serviços por esse segmento. Enquanto o envolvimento de jovens ricos não é aceitável e altamente criticado, como se a motivação para a entrada no crime só pudesse ser explicada pela necessidade, devido à pobreza.

Há quem diga que a entrada das pessoas no crime é algo subjetivo. E somente a ganância e o lucro ou a necessidade de uma vida menos “careta” podem justificar a entrada de jovens ricos na criminalidade.

Eu vou dá um exemplo, tive vários amigos, que tiveram várias possibilidades, estudaram em colégios bons, tô dando a realidade de pessoas que estudaram comigo, que tiveram as mesmas oportunidades e por opção mesmo quiseram ir para o tráfico, que eu quero ter uma vida de adrenalina, escolhe isso, só que ele teve uma opção que ele quer viver aquilo dali por que ele acha a vida de estudar e trabalhar muito careta. Pô, eu quero ser o diferente.

Agora, é diferente de uma pessoa que está inserida naquele contexto, sem perspectiva nenhuma e você dizer se é bom ou mau. Agora, é bem contraditório você ver uma pessoa que está inserida naquele contexto, sem perspectiva nenhuma e falar se é bom ou mau. É você ver o filhinho de papai na zona sul que faz tráfico de êxtase, é totalmente diferente.

Realmente, se a gente pára para pensar, o que leva os filhos de uma pessoa que tem dinheiro, que tem um carro maravilhoso, que tem várias meninas aos pés deles, não é a mesma opção dos meninos que moram numa favela.

É a ganância, a busca do lucro.

As condições materiais podem levar ao crime ou não. O cara pode tá ali com fome e prefira morrer de fome ao invés de roubar. Mas é difícil isso, é claro que é uma opção de você querer comer, é um instinto de vida, eu tô com fome, quero comer.

A opção de um para entrar no tráfico é diferente da outra.

As condições materiais implicam também; as necessidades implicam em alguns atos. Mas não necessariamente só elas. Por isso que eu falo que existem coisas subjetivas.

Nesse assunto, falam que o rico foi influenciado, já o pobre é um sem vergonha mesmo.

De acordo com estudo feito pela autora Alba Zaluar, são várias as motivações para a entrada de jovens no crime, desde o fracasso escolar, através da evasão ou mesmo pela falta de cursos profissionalizantes até a ausência dos pais no convívio com os filhos devido a ampla jornada de trabalho. A crise de valores e a ineficácia das instituições em realizar suas funções, assim como o individualismo que se exacerbou e a cultura do consumo, amplamente difundida pela mídia. Dessa forma, ela conclui:

O material disponível aponta para a verdade relativa das três teorias mais prestigiosas hoje nas ciências sociais para a explicação ou interpretação do crime: a que vincula a certas condições sociais de privação relativa a outros grupos sociais; a teoria do rótulo, que argumenta pela importância do processo de criminalização de certos desvios, por outros atores – tais como policiais e juizes – presentes nesta interação, na formação de uma associação entre os desviantes que os arrastam na carreira do crime; a teoria do contágio, que guarda estreitas associações com as teorias anteriores, mas que sublinha a influência mútua que exercem os desviantes numa situação de exclusão social típica dos guetos. (ZALUAR, 1994, p. 112).

3.3.4 A mídia

A mídia e a veiculação que a mesma faz sobre a violência urbana produz debates sobre a sua repercussão na sociedade e constrói valores entre a população. Longe de ser neutra, ela influencia a concepção de grupos sociais e cria diferenciações e estigmas. Através da imagem, principalmente a televisionada, faz recortes sobre a realidade e enfatiza as matérias que atraem os espectadores.

Com o avanço da tecnologia, as imagens transmitidas em tempo real chamam a atenção e prendem as pessoas na frente da TV, já que muitas vezes a veiculação de imagens violentas chocam por ser algo que é rejeitado socialmente, causa medo. A forma espetacular, através de sons e imagens, modifica a forma de interpretar a cidade, uma vez que a veiculação indiscriminada de ações violentas mais amedronta do que esclarece tais fatos. Não há, muitas vezes, um pensamento reflexivo sobre as causas e determinantes dessa crescente violência.

A imagem televisionada é resultante de um recorte sobre a realidade; esse recorte é parcial e corresponde à parcialidade que se deseja representar. Ela se constitui num elemento de intermediação que realiza suas próprias escolhas entre a realidade e a sociedade. Capta, produz e divulga as imagens que um determinado olhar deseja representar. (Egler, 1992, p. 69)

Os alunos, em sua grande maioria, responderam que a mídia é movida pelos interesses de quem tem o poder sobre ela, o que torna essa transmissão embutida de valores. Outro afirma que a violência é retratada como um problema individual, ou seja,

A mídia só mostra o que lhe convém e atribui a violência ao próprio indivíduo, como se não fizesse parte de um conjunto de fatores econômicos, políticos e sociais.

Pode-se perceber que a questão do interesse fala mais alto, ou seja, dependendo de quem for atingir ela é tratada de forma massante ou como algo banal.

A mídia nada mais é que o cotidiano contado sob os interesses do dono, ou seja, trata desse assunto só quando os convém.

Mostra a realidade cortada, não é e nem pode ser neutra, está impregna de interesses. É discriminatória quando se refere aos pobres e defende ações demagógicas. Constrói um espetáculo que venda a violência como mercadoria que pode ser consumida através dos seus veículos. Reproduz valores conservadores e às vezes aborda o tema com certa criticidade.

Como algo que deve ser tratado via repressão e nesse caso o Estado muita das vezes acaba por tratar a vítima como se fosse o agressor pois trata a violência de forma superficial e fragmentada, não procura entender o foco da questão que é na verdade a desigualdade que é decorrente do próprio sistema capitalista.

Mesmo tendo uma visão crítica sobre a mídia, os alunos continuam sendo influenciados e reproduzem certos estereótipos que ela transmite, já que se percebe nas falas que eles evitam lugares de “risco”, não gostam de sair à noite, andam em grupo. Em suma, não conseguem evitar a influência da mídia no seu cotidiano, nos medos e na reprodução de preconceitos.

Assim, a emergência de atos ou fenômenos compreendidos como violentos mobiliza atores sociais a procurar ora enquadrá-los discursivamente em suas tradicionais categorias de explicação dos conflitos, ora avaliá-los a partir de novas interpretações capazes de dar conta da complexidade do fenômeno. Assim, o que se produz sobre a violência são representações múltiplas, discursos polifônicos, por vezes contraditórios, mas coerentes com requisitos institucionais diversos. (RONDELLI, 2000, p. 155).

3.4 O CENÁRIO

A violência tem como principal cenário os espaços públicos, a rua é tida como um lugar que gera insegurança na população.

Até hoje, a sociedade parece fiel à sua visão interna do espaço da rua como algo movimentado, propício a desgraças e roubos, local onde as

peças podem ser confundidas com indigentes e tomadas pelo que não são [...] Tudo isso revela gritantemente como o espaço público é perigoso e como tudo que o representa é, em princípio, negativo porque tem um ponto de vista autoritário, impositivo, falho, fundado na linguagem da lei que, igualando, subordina e explora. (DA MATTA apud MAIA, 2003, p. 183)

Porém, é na favela que a violência se “personifica”. O documentário “Até Quando?” tem como maior parte do seu cenário a favela, mostrando imagens de tiroteios. A favela tornou-se sinônimo de área de “risco”.

Ele falou justamente isso, o próprio comandante (da PM) estava falando, é ação de guerra, quando ele fala isso, está afirmando justamente o combate a criminalidade que eles focalizam aonde? Na favela.

A segregação sócio-espacial reforça a idéia do local violento. A Zona Norte e Oeste são consideradas áreas em que a violência é mais presente do que nos bairros da Zona Sul e Barra da Tijuca. A reivindicação por maior policiamento é atendida muito mais nos bairros nobres do que nos bairros populares, ainda reforçada pela forma de atuação da polícia. Enquanto em uns bairros ela é chamada para prevenir, no outro ela é convocada a reprimir. Além do fato de fazerem referência a maior concentração de serviços, tanto público quanto privado, nessas áreas.

A função societal desenvolvida pela polícia brasileira sofre as influências sociais, culturais, morais da comunidade em que atua, logo não podia apresentar outra face que não a da violência e do autoritarismo para com as camadas pobres formas de conceber os problemas da vida social, as decisões sobre a condução e da população. Nesta perspectiva, respaldadas numa matriz cultural autoritária e discriminatória que hierarquiza as diferenças nesta sociedade, as o procedimento a serem tomados no trabalho da organização policial reproduzem por inteiro as profundas desigualdades e discriminações presentes nesta sociedade. (PONCIONI, 2007, p. 181).

O estigma que os moradores das favelas carregam promovem o aumento da violência. A associação de violência à favela está tão introjetada no pensamento da população, que um confronto entre policiais e bandidos nessa área não é encarado como algo anormal, ao passo que se o mesmo acontecer em uma rua movimentada de um bairro de classe média, tal atitude policial será interpretada como inconseqüente.

É um aspecto dramático do problema do crime no Brasil que ele venha a ser objeto de atenção de nossos governantes somente quando ultrapassar os limites estruturais aos quais está tradicionalmente confinado. Quando estende-se a classe média da zona sul, imediatamente soam os alarmes da mídia e a indignação das elites. Nesse momento, as pessoas põem-se a especular a respeito das causas da criminalidade a fim de combatê-la. Uma

das teses, bastante recorrente, aliás, é a de como o crime estaria “evidentemente” associado à pobreza e à miséria, à marginalidade dos centros urbanos e a processos migratórios. Este é o argumento da contaminação dos valores das pessoas pela necessidade mais premente da sobrevivência a qualquer custo. (FILHO, 1999, p. 14).

Segundo os alunos,

Na zona sul, não existe pessoas boazinhas, o que é ser boazinha? É ter aqueles valores arraigados? Tem questão de valores como a ética na vida. Tem quatro pontos que eu quero falar: o professor de história que fala no documentário, ele tá falando de preconceito do local, o que é real, do que acontece, da violência que ocorre lá e essa de vai e vem, de você não ir a um local por conta do medo da violência que existe, mas um preconceito de empurrar ela pra longe. Não, aquele lugar ali, não. Eu nunca vou por conta da violência. E quando vê um todo violento, não enxerga ali que tem moradores que estão vivendo ali por falta de condições materiais de comprar uma casa na zona sul ou em qualquer outro bairro.

Eu estava em uma palestra na faculdade de arquitetura, aí a professora levantou e falou assim: eu não levo meus alunos pra uma favela. Por que? Por conta da violência. Aí você vê, existe preconceito da favela, mas existe a realidade que é a violência lá e em qualquer lugar do Rio de Janeiro.

Mas igual a me falaram outro dia, essa é uma favela elitizada, por que o ser que tá ali dentro, ele anda de Nike, de roupa de marca, na rua ele tá igualzinho a mim e a você, não dá pra ver como favelado. Aí eu pensei, gente eu não acreditando que tô ouvindo isso. Lá é elitizado, bairro de riquinhos, falando da Maré, por que o pessoal ali da 22 considera a Maré uma favela elitizada por que dá pra entrar de carro...

Em relação à fala dos alunos, foi constatado que a concepção de cidade partida é muito expressiva e recorrente. Para eles a cidade é dividida, mesmo afirmando que a população que mora na favela “desce” todo dia para trabalhar, concluem que a cidade do Rio de Janeiro é uma cidade partida, pois muitos não conhecem as praias da Zona Sul e não freqüentam os locais nobres da cidade.

E a gente vê que a favela desce todo dia, para dirigir o ônibus, desce para limpar a casa, todo dia ela desce e aí? Vai fazer o que? Vai prender todo mundo lá?

Quando fala da dinâmica entre as cidades, que ficou repartida por conta das s e das áreas urbanas fragmentadas, que elas se articulam, mas elas se articulam, como a aluna falou anteriormente, quando a favela desce para trabalhar, que a favela vai dirigir um ônibus, que a favela vai limpar a casa de alguém.

Mas aí, entra na questão dela, quando ela está lá em Honório Gurgel, como na Rocinha, como em qualquer outro local, aí elas são opostas, se dividem. Muda os valores.

Você pensando no Rio Sul, é um shopping muito povão, vai ao Fashion Mall, ele é na cara da Rocinha, quem trabalha ali, as vendedoras das lojas são filhas da elite, só pessoal da limpeza que pode ser da Rocinha. Se eu chegar lá e for perto de uma vitrine, vão falar: ih, olha lá, vai roubar alguma coisa. E assim, eu sou o que? Eu sou a classe média. Eu no Barra

Shopping não vou ser tão vista com olhar torto, no norte shopping é uma qualquer como todas as outras. Então, você vê que o olhar é diferente, o preconceito não está entre do asfalto e da favela, ela está entre diferentes níveis sociais.

Mas a questão da cidade partida, ainda que desça pessoas pra trabalhar na cidade ou fazer o seu lazer, ainda sim existe uma grande maioria que não sai do local, não sai muito poucos estão no asfalto, trabalham ali e ficam ali. E muito menos e poucas as pessoas que são do asfalto e sobem, tem gente que não foi a praia ainda. Em Campo Grande tem gente que não conhece, não sabe vir aqui (Zona Sul).

Pode até haver um relacionamento de asfalto e favela, nesse sentido de ir ao trabalho e volta, mas mesmo assim ainda continua bem fragmentado.

Ao pensar na expressão cidade partida, os alunos não analisaram que a cidade tem uma interlocução. Há entre os grupos sociais, características e símbolos que torna possível diferenciar as pessoas por segmentos sociais. Muitas vezes, certas atitudes são tomadas para afugentar as pessoas de determinados locais, criando estereótipos e preconceitos tentando reafirmar onde é o local de cada um na cidade. Segundo MAGNANI, “é justamente no estereótipo que reside o sucesso da fórmula”.(2002, p. 12).

Porém, há de se considerar que tanto as pessoas que moram em favelas e as que não moram, muitas vezes compartilham dos mesmos valores, afinal, vivem em uma mesma sociedade, assistem aos mesmos programas, propagandas e almejam condições parecidas.

As grandes metrópoles contemporâneas não podem ser vistas simplesmente como cidades que cresceram demais e desodernadamente, potencializando fatores de desagregação. Elas também propiciaram a criação de novos padrões de troca e de espaços para a sociabilidade e para os rituais da vida pública. (MAGNANI, 2002, p. 26).

Indagados sobre os locais em que se sentem mais seguros, os alunos responderam sentirem-se seguros em suas próprias casas, outros disseram na igreja. A maioria relaciona o sentimento de segurança a lugares fechados e de convívio com conhecidos, o que é confirmado quando os mesmos respondem que se sentem inseguros na rua, local que antes era tido como de grande sociabilidade. Dessa forma, a circulação, o deslocamento pelas ruas da cidade podem ser interpretados por meio da noção de *trajeto*, conforme MAGNANI analisa,

Os *trajetos* levam de um ponto a outro por meio dos pátios. Trata-se de espaços, marcos e vazios na paisagem urbana que configuram passagens. Lugares que já não pertencem à mancha de cá, mas ainda não se situam na de lá; escapam aos sistemas de classificação de uma e

outra e, como tal, apresentam a “maldição dos vazios fronteiriços”¹⁸. Terra de ninguém, lugar do perigo, preferido por figuras liminares e para a realização de rituais mágicos – muitas vezes lugares sombrios que é preciso cruzar rapidamente, sem olhar para os lados... (2002, p. 23).

O centro da cidade do Rio; os meios de transportes e áreas de “risco” (muitas vezes são áreas próximas a favelas) também são citados como locais de inseguros. Nas respostas, tem quem faça referência às áreas da cidade, fazendo um contraste entre as Zonas Norte e Sul da cidade. Sendo alguns bairros da Zona Sul considerados como locais seguros, enquanto outros bairros da Zona Norte são considerados inseguros.

Teixeira (1998) afirma que,

Na modernidade, a violência tem sido considerada como uma das figuras reveladoras da desordem e da diferença que ela ameaça introduzir. Segundo Balandier (op. Cit., pp. 207-212), a violência pode tomar a forma de uma desordem contagiosa, dificilmente controlável, de uma doença da sociedade que aprisiona o indivíduo e, por extensão, a coletividade num estado de insegurança que gera o medo. O medo, a catástrofe, o apocalipse freqüentam os palcos da modernidade como os velhos monstros do retorno. Uma cultura de assombro (e um imaginário do medo) inscreve-se no corpo em movimento da cultura atual. (1998, p. 54).

Existem falas que podem ilustrar estas questões. Em relação aos lugares seguros:

Em casa, na faculdade, no shopping (Seguro).

Minha casa, igreja, e Região dos Lagos (Arraial do Cabo) em baixa temporada. (Seguro).

No círculo militar da Praia Vermelha. (Seguro).

Onde resido, no meu bairro (Campo Grande). (Seguro).

Em casa e na igreja. (Seguro).

No Leblon, em Ipanema... (Seguro).

E em relação aos locais inseguros:

Em ruas onde as pessoas afirmam ser perigosas, locais onde vejo traficantes armados (e não toda a comunidade) e blitz policial. (Inseguro).

Meios de transporte, especialmente o trem (inseguro).

Áreas consideradas de “risco” com alto índice de roubos/ furtos e áreas com alta concentração de roubos a transeuntes. (Inseguro).

No centro, locais considerados nobres. (Inseguro).

¹⁸ Cf. C. N. Santos e A. Vogel (orgs.), 1985, p. 103, aludindo à expressão *the curse of border vacuums*, título de um dos capítulos de Jacobs (1992, p. 257).

Em meios de transporte e nas ruas. (Inseguro).

Em Ramos, Olaria, Bonsucesso... (Inseguro).

3.5 AS POSSIBILIDADES

A população assiste e toma conhecimento de tantas cenas de violência que incorpora um sentimento de impotência e descrédito em relação ao enfrentamento e diminuição da criminalidade¹⁹. A ineficácia do poder público em combater com ações pertinentes que visem a prevenção e não a coerção e a perpetuação desses atos gera um sentimento de desconfiança. As pessoas passam a recorrer por meios próprios, visando a própria segurança e a da família.

A heterogeneidade de eventos e fenômenos encobertos sob o conceito de violência acarreta dificuldades para a formulação de políticas públicas que são de ordem cognitiva, pois significa identificar fatores de risco distintos a cada situação. Somos levados a buscar soluções para problemas tão distintos como o crime das ruas, delinquência de menores, tráfico de drogas, roubos à mão armada, crime organizado, estupro, crimes que envolvem organizações empresariais, etc. (FILHO, 1999, p. 15-16).

Os alunos discutiram a questão do medo como empecilho para a mobilização, uma vez que as pessoas pouco reivindicam seus direitos. Assim como, recorrem à religião como a única forma de proteção, retirando o caráter político que está por trás dessas ações.

Como é que o medo inviabiliza a mobilização. Por que lá no Complexo do Alemão, lá na Penha, com esse confronto, mais de cinquenta pessoas foram baleadas, e não sei quantos mortos. Caramba, quando é que a população vai para as ruas, vai fazer alguma coisa para pelos menos pára, por que a gente vê que há mobilizações individuais, não só do João Hélio mais até de pessoas da favela, vai na rua; queima pneus, mas aí não vêem como mobilização mas como baderna, mas essas mobilizações são pontuais, mas pensar em estratégias de enfrentamento maiores, mais universais, isso não acontece. Aí a questão, será que o impacto direto, o medo, a emoção que causa e às vezes dá até vontade de chorar, porque são tantos mortos, as pessoas falando, os seus familiares. Sei lá, isso acaba tirando um pouco o senso crítico.

Do filme, achei interessante a passeata que teve, passeata religiosa, a questão religiosa e hoje tão desacreditado o poder público nas comunidades e como isso se dá e hoje também, fazer a crítica nesse momento de pós-modernidade que está se apresentando, que tira a centralidade, a referência que ela é um problema de classe, concreto de

¹⁹ Aqui é necessário fazer uma explicação de ordem conceitual. Crime é um conceito jurídico. Diz respeito à violência codificada nas leis penais. Sabe-se, porém, que nem todo fenômeno socialmente percebido como violento é categorizado como crime. Do mesmo modo, há modalidades de violência que, embora codificadas como crime, não encontram adequado enquadramento na legislação penal correspondente. (ADORNO, 2002, P. 88).

pauperização e transforma numa aparência e tão aparente em que as coisas não podem ser resolvidas com uma intervenção concreta e sim pela religiosidade, se eu pedi a Deus. Isso foi visto quando eu fui bater em uma casa e a moça falou assim: por que eu vou ter que regularizar? Não vão me tirar mesmo daqui, o imóvel é meu e se quiserem me tirar os homens vão me tirar e assim, só Deus mesmo para me salvar. Então, essa questão religiosa no combate a violência.

Então, tirar essa referencia do que é concreto pra relativizar, e não pensar que deve ter uma intervenção de verdade do Estado na área social e política também, acho que ficou muito bem colocado no filme. E falou também da punitividade dos traficantes em relação à população, como ela vem mudando ao longo do tempo e isso me chamou a atenção por que era verdade que eles batiam no cara que não pagava a droga que comprava, hoje não, hoje se mata no sentido de falar assim ó, se você não pagar você já sabe o que acontece, também é uma forma de manter o balanço da população menor, esses crimes todos é isso, se não tem como absorver todo mundo, então vamos fazer uma chacina, eliminando de quem não precisa e não só a polícia e bandido e polícia e população, é traficante com população também. Por que matar usuário se dá dentro da favela, o genocídio entre traficante e população.

Ao serem perguntados como os moradores podem defender-se da violência, houve muitas distinções. Enquanto alguns disseram não ter o que fazer para defender-se, outros responderam que a denúncia é uma forma de defesa. Mas ainda há quem ache que a violência se resolve com violência, através do porte de armas e técnicas de defesa pessoal. Somente uma pessoa falou em pressionar os órgãos de segurança pública e outro aluno citou a questão da organização de associações de moradores. Dessa forma, percebe-se que pensar a mobilização dos grupos sociais e a reivindicação a órgãos públicos são pouco mencionadas.

Outras pessoas referem-se a evitação, ou seja, não passar por lugares perigosos e a não ostentação de objetos de valor.

Se organizar em associações para pressionar o Estado na implementação de uma política pública de segurança com inteligência e respeito aos direitos humanos. Cobrar políticas de saúde, educação, distribuição de renda, etc. dialogar mais com os vizinhos para resolver os conflitos interpessoais.

Não omitindo agressões, pressionando os órgãos de segurança pública, mas considerando a raiz do “problema” que é a questão social.

Andando todos armados, pois se alguém entrar no ônibus para assaltar terá 42 passageiros armados também e com isso ele não assaltará.

Procurando evitar os lugares mais perigosos, ou seja, onde o índice de violência (assalto, estupro...) é grande. Mas é claro que existem outros tipos de violência, como a psíquica, ou aquela provocada pela discriminação, desta é muito difícil conseguir defesa.

Foram citadas ações que podem ser empreendidas visando a diminuição da violência no Rio de Janeiro, possibilitando tanto o acesso igualitário aos direitos, como o melhor preparo dos policiais/ da segurança pública.

No caso do sistema de justiça criminal no Brasil, ainda não dispomos de um sistema de informações de criminalidade em âmbito nacional, de tal forma que possamos avaliar a implementação de programas e estratégias de controle da criminalidade. (FILHO, 1999, p. 15).

O fim da corrupção e a mudança do alto escalão do governo também são considerados como passíveis de contribuir para o fim da violência. A ampliação de espaços de discussão também foi uma das propostas para a sua redução.

Redução significativa da pobreza urbana, formação e melhores condições de trabalho para os policiais (qualificação constante, aumento salarial, aproximação com a população, democratização das intervenções policiais). Ampliação dos espaços de discussão e de decisão referente à segurança pública. Acesso aos serviços sociais e as políticas sociais, educação que preze por valores coletivos.

Tratar os policiais de forma mais respeitosa, como aumentar o salário e dar-lhes formação ética. Haver investimentos na educação, principalmente em áreas com maior índice de violência.

Políticas públicas eficazes, que realmente atinja o público alvo e também permanentes. Não pode haver intervenção pontual.

Tratamento dos moradores de forma igual: na educação, na saúde, na distribuição da riqueza e no acesso ao lazer e a cultura.

As ações deveriam focar, na minha opinião, a ampliação do acesso a serviços que são direitos, como por exemplo, educação, habitação, saúde. E um outro fator importante seria também, a mudança no sistema penal, pois ele tinha que objetivar o crescimento do indivíduo.

Que de fato implementasse políticas públicas a população, principalmente os segmentos mais pauperizados e que resgatassem valores coletivos e não individualistas como pó exemplo: o fim da corrupção.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Discutir a segregação sócio-espacial e a violência urbana é de suma importância. A violência é incessantemente veiculada de forma banalizada e acrítica. A segregação não ganhou prioridade na mídia e nas políticas sociais, no que tange o seu enfrentamento, já que ela afeta a vida de grande parcela da população, interfere no modo de vida devido às precárias condições em que muitos se encontram. A segregação, muitas vezes é abordada como algo natural, como se as áreas periféricas fossem realmente o espaço dos segmentos pobres.

Portanto, falar da violência, assunto em voga na sociedade, mas que são abordados pelo ponto de vista do senso comum, ou seja, pela associação simplista entre pobreza e criminalidade é estimulante, uma vez que percebemos que os próprios alunos da Escola de Serviço Social que possuem ensino diferenciado, já que somos convocados a atuar com as expressões da questão social, através da formulação e execução das políticas sociais, uma vez que as disciplinas abordam, com criticidade, as relações sociais e as demandas postas pelo capitalismo em nosso país, em particular, buscando apreender a totalidade social, ainda fazem esta associação.

Pensar a violência urbana significa analisar diferentes ações, que são complexificadas devido ao modo de vida nas metrópoles. As desigualdades sócio-econômicas, as formas como as pessoas se relacionam; o esgotamento dos laços de solidariedade; a cultura de consumo excessivo; o uso abusivo de drogas e a

corrupção e impunidade são uma das situações que podem ser vistas como determinantes da violência.

Não se trata de associar, mas é necessário que o serviço social se debruce e crie estratégias interventivas capazes de responder com maior efetividade a essas questões - importância de sua atuação tanto na intervenção direta com os segmentos populares, quanto na proposição e gestão de políticas públicas, não focalizadas, não segmentadas, que dêem respostas efetivas às principais questões que, no contexto de uma grande cidade, se colocam no cotidiano da população. Os Assistentes Sociais, em seu Projeto Ético Político, vincula-se a luta pela emancipação do homem e por uma organização societária mais igualitária.

Neste sentido, incluir disciplinas que abordem a violência urbana de forma mais incisiva é importante para a formação destes alunos. Saber como lidar com tais situações e propor políticas públicas que possam enfrentar de forma coerente e eficaz, uma vez que as políticas vigentes só reproduzem e aumentam as práticas violentas. Por isso, considera-se importante analisar suas causas, tendências e, principalmente, sua exacerbação nas grandes cidades.

Nas falas dos alunos confirmaram-se o medo, a evitação, o uso da cidade de forma restrita, os estereótipos e preconceitos. Em certa medida, estas atitudes se mostram contraditórias com o que a formação do Assistente Social se propõe, no qual: o reconhecimento da liberdade com a plena expansão dos indivíduos; a ampliação e a consolidação da cidadania; empenho na eliminação de todas as formas de preconceito e a opção por um projeto profissional vinculado ao processo de construção de uma nova ordem societária são uns dos princípios fundamentais da profissão (CRESS 7ª R-RJ, 2004).

Enfim, acredito que o enfrentamento da violência e da segregação sócio-espacial está na mobilização da população junto ao poder público na proposição de estratégias de enfrentamento destas questões, possibilitando uma sociedade com atores mais participativos e com profissionais mais propositivos, respeitando o direito a vida.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABREU, M. de A. **O Rio de Janeiro no século XIX: da cidade colonial à cidade capitalista**. In: ABREU, M. de A. *Evolução urbana do Rio de Janeiro*. Iplanrio. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2. ed. 1997. Cap. 3, p. 35-69

ADORNO, Sérgio. Exclusão socioeconômica e violência urbana. **Revista sociologias**, Porto Alegre, ano 4, n. 8, p. 84-135, Jul/ Dez. 2002.

AS CIDADES BRASILEIRAS E A VIOLÊNCIA. Coleção estudos da cidade, Prefeitura do Rio de Janeiro, Rio Estudos, n. 58, maio/ 2005.

BRUM, Mário S. **Repressão, clientelismo, resistência**: Relações entre Estado e favelas no Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, s/d, p. 1-13. Disponível em: <http://www.klepsidra.net/klepsidra19/favelado.htm>. Acesso em: 23 de Abril de 2007.

CALDEIRA, Teresa Pires do Rio. **Cidade de muros**: crime, segregação e cidadania em São Paulo. 1. ed. São Paulo: Editora 34/ EDUSP, 2000. 400p.

CRESS 7º Região – RJ. Assistente Social: ética e direitos. Coletânea de Leis e Resoluções. Rio de Janeiro, 2004.

DA MATTA, Roberto. *A casa & a rua – Espaço cidadania, mulher e morte no Brasil*. Rio de Janeiro: Rocco, 1997.

DEBORD, Guy. *A sociedade do espetáculo*. Rio de Janeiro: Contraponto, 1997.

EGLER, Tâmara Tânia Cohen. A imagem do Rio de Janeiro na televisão. / **Cadernos do IPPUR UFRJ**, Rio de Janeiro, n. 1, p. 67-88, Dez. 1992.

GOMES, M de F. C. M. Prática do Serviço Social na área da habitação – da tutela a mediação. In: XVII Seminário Latino Americano de Escuelas de Trabajo Social, 2001, Peru, Anais XVII Seminário Latino Americano de Escuela de Trabajo Social. Peru, 2001, p. 1-21.

GOMES, M de F. C. M. et al. Desigualdade e exclusão nas metrópoles brasileiras: alternativas para seu enfrentamento nas favelas do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: HP comunicação Editora/ Arco Íris Editora, 2006. 144p.

GOMES, M de F. C. M. Habitação popular e Serviço Social: do assistencialismo à democratização de direitos. In: SOUZA, N. R. O. Q de et al. (orgs). A política de assistência social no Brasil: desafios para o assistente social. 1. ed. Rio de Janeiro: Public editora, 2007. cap. 9, p. 135-151.

IAMAMOTO, Marilda; CARVALHO, Raul de. **Relações sociais e Serviço Social no Brasil**: esboço de uma interpretação histórico-metodológica. 16. ed. São Paulo: Cortez, 2004.

LAGO, Luciana C do. As mudanças na estrutura sócio-espacial da metrópole do Rio de Janeiro a partir dos anos 80. IPPUR/ UFRJ-FASE, Rio de Janeiro, s/d, p. 1-17. Disponível em: <http://www.observetoriadasmetrosoles.ufrj.br/downloads>. Acesso em: 9 de Maio de 2007.

MAIA, Rosemere Santos. **A produção do espaço em áreas de auto-segregação**: o caso da Barra da Tijuca. In: ANUÁRIO DO INSTITUTO DE GEOCIÊNCIAS, v. 21. Rio de Janeiro: UFRJ, 1998, p. 39-75.

MAIA, Rosemere Santos. **Shopping center** - o afrouxamento da promessa de assepsia e o lugar da pobreza nos templos de consumo das cidades contemporâneas. 2002. 350. Tese (Doutorado em Geografia Urbana) – Universidade Federal do Rio de Janeiro.

MAIA, Rosemere Santos. **Reencontrando a cidade** – um ensaio sobre a configuração das metrópoles na contemporaneidade – seus dilemas e perspectivas. Boletim Goiano de Geografia, 23 (1), p. 23-40, jan./ jun. 2003.

MARTINELLI, Maria Lúcia. Serviço Social: **Identidade e Alienação**. 8. ed. São Paulo: Cortez editora, 2003.

MICHAUD, Yves. **A violência**. Trad. de L. Garcia. São Paulo: Ática, 1989. 115 p. (Série Fundamentos – 57).

MINAYO, Cecília; NJAINE, Kathie. A violência na mídia como tema da saúde pública: revisão da literatura. **Revista ciência e saúde coletiva**, Rio de Janeiro, Fio Cruz, n. 9, p. 201-211, 2004.

MISSE, M. Da violência de nossos dias. Disponível, 2002, p. 1-5. Em: http://www.unicrio.org.br/Textos/dialogo/michel_misse.htm

NETTO, J. P. **Apêndice à terceira edição**: cinco notas a propósito da “questão social”. In: NETTO, J. P. Capitalismo monopolista e Serviço Social. 3. ed. Ampliada. São Paulo: Cortez, 2001. p. 151-162.

OLIVEIRA, Natália Braga de. **Protestos ou vandalismo?** Revoltas urbanas no Rio de Janeiro na perspectiva da imprensa carioca. 2004. folhas. Dissertação (Mestrado em Sociologia e antropologia) – Universidade Federal do Rio de Janeiro.

PECHMAN, R. M. **Um olhar sobre a cidade**: estudo da imagem e do imaginário do rio na formação da modernidade. In: SIMPÓSIO DE HISTÓRIA URBANA DA ANPUR, n.1, 1992, Rio de Janeiro, Cadernos IPPUR. Rio de Janeiro: UFRJ, Dez. 1992, p. 77-88.

PEREIRA, P. A. P. Questão Social, Serviço Social e direitos de cidadania. **Revista Temporalis**, ABEPSS, Brasília, n. 3, p. 51-61, 2001.

PERES, Maria F. T. Prevenção e controle: oposição ou complementaridade para a redução da violência? **Revista ciência e Cultura**, São Paulo, ano 54, n.1, p. 54-55, jul./ Ago./ Set. 2002.

PERLMAN, Janice F. **O mito da marginalidade**: favelas e política no Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.

PRAIA VERMELHA: estudos de política e teoria social – Cidade e Segregação/ Universidade Federal do Rio de Janeiro. Programa de pós graduação em Serviço Social – n.13, 2005 – Rio de Janeiro: UFRJ. Escola de Serviço

Social. RIBEIRO, L. C. de Q. **Cidade desigual ou cidade partida?** Tendências da metrópole do Rio de Janeiro. IPPUR/ UFRJ. Rio de Janeiro, 1999, p. 1-

_____; JÚNIOR, O. A. dos S. (orgs). **Globalização, fragmentação e reforma urbana:** o futuro das cidades brasileiras na crise. 2. ed. Rio de Janeiro: civilização brasileira, 1997. 432p.

_____. (org.). **O futuro das metrópoles:** desigualdades e governabilidade. Rio de Janeiro: Revan: FASE, 2000. 632 p.

ROCHA, R. L. de M. Uma cultura da violência na cidade? Rupturas, estetizações e reordenações. **Revista São Paulo em Perspectiva**. São Paulo, 13 (3), p. 85-94, 1999.

RONDELLI, Elizabeth. Imagens da violência e práticas discursivas. In: PEREIRA, Carlos A. M. P. et al. **Linguagens da violência**. Rio de Janeiro: Rocco, 2000. p. 144-162.

SÁNCHEZ, Fernanda. A reinvenção das cidades na virada do século: agentes, estratégias e escalas de ação política. **Revista de sociologia e política**, n. 16, p. 31-49, junho de 2001.

_____. Cidades reinventadas para um mercado mundial: estratégias trans-escalares nas políticas urbanas. In: Anais do IX Encontro Nacional da ANPUR – “Ética, planejamento e construção do espaço”. Rio de Janeiro, ANPUR, Maio/Junho de 2001. p. 246-257.

SANTOS, José Vicente Tavares dos. Microfísica da violência, uma questão Social Mundial. **Revista Ciência e Cultura**, São Paulo, ano 54, n.1, p. 22-24, Jul./ Ago./ Set. 2002.

SILVA, Jailson de S. e; BARBOSA, Jorge L. **Favela:** alegria e dor na cidade. 1. ed. Rio de Janeiro: Senac Rio; [X]Brasil, 2005. 232p.

SILVA, José Fernando Siqueira da. **“Justiceiros” e violência urbana**. São Paulo: Cortez, 2004. 184p.

SIMMEL, Georg. A metrópole e a vida do espírito. In: FORTUNA, Carlos. Cidade, cultura e globalização: ensaios de sociologia. Oeiras: Celta editora, 1997.

SOARES, Luiz Eduardo (org.). **Violência e política no Rio de Janeiro**. 1. ed. Rio de Janeiro: Relume Dumará: ISER, 1996. 312 p.

SOUZA, Marcelo Lopes de. **O desafio metropolitano**: um estudo sobre a problemática sócio-espacial nas metrópoles brasileiras. 1. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2000. 368p.

VELHO, Gilberto. **Mudança, crise e violência**. Rio de Janeiro: civilização brasileira, 2002. 306p.

VELHO, Gilberto. **Violência, reciprocidade e desigualdade**: uma perspectiva antropológica. In: VELHO, G.; ALVITO, M. (org.). Cidadania e violência. Rio de Janeiro: UFRJ/ FGV, 1996. p. 10-24.

ZALUAR, Alba; ALVITO, Marcos (orgs.). **Um século de favela**. 3. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2003. 372 p.

_____. Teleguiados e chefes: juventude e crime. In: ZALUAR, Alba. **Condomínio do Diabo**. Rio de Janeiro: Renavan: UFRJ, 1994. cap. 12, p. 100-116.

_____. Um debate disperso: violência e crime no Brasil da redemocratização. **Revista São Paulo em Perspectiva**. São Paulo, 13 (3), p. 3-17, 1999.

VALADARES, Lícia. Cem anos pensando a pobreza (urbana) no Brasil. In: BOSCHI, R. R. (org.). Corporativismo e desigualdade: A construção do espaço público no Brasil. 1. ed. Rio de Janeiro: Rio Fundo, 1991. Cap. 5, p. 81-112.

Anexos

Roteiro de Entrevista do TCC

1)O que você entende por violência urbana.

2) Para você quais são as maiores causas e / ou determinantes da violência urbana?

3)Você já foi vítima de algum tipo de violência na Cidade do Rio de Janeiro: Sim ()
Não ()

4) Você já foi vítima de:

a) Furto () b) assalto () c) Agressão física () d) Violência sexual ()

e) Humilhação por parte de autoridades () f) Revista ou detenção () g) Outros () Especificar: _____

5)Quem foi o agressor:

Parente () Policial () Segurança privada () Pessoa conhecida individual ()

Bando conhecido () Desconhecido individual () Bando desconhecido ()
Outros ()

6) Estes episódios de que você foi vítima se deram em:

Residência () Prédio comercial () Via pública () Bar ()
Escola () Meio de Transporte () Estádios ou ginásios esportivos ()
Em Shopping () Igreja () Bailes e Festas () Outros () Especificar:

7) Recorreu à polícia em algum destes incidentes:

Em um () Qual? _____

Em alguns () Quais? _____

Em todos () Não recorreu ()

8) Em que locais da Cidade você se sente mais seguro?

9) E inseguro?

10) Como cada um dos moradores da cidade pode, a seu ver, defender-se da violência?

11) Quem ao seu ver, no Rio de Janeiro, são os segmentos mais sujeitos a violência urbana?

12) Como a mídia trata o problema da violência urbana?

13) Que ações poderiam ser empreendidas, no Rio de Janeiro, tendo em vista a redução da violência?

14) Você considera que a violência interfere no seu cotidiano? Caso interfira, como se dá?

15) Em relação ao combate da violência urbana, como você avalia a ação da polícia?
